PROTOCOLO GERAL

64598.001283/2022-31

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO

ASSUNTO

PREGÃO UGG

NR 04-2022
HGuSGC

SEÇÃO DE AQUISIÇÕES, LICITAÇÕES E CONTRATOS **2022**

INTERESSADO: HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA – AM

ASSUNTO: Eventual contratação de empresa especializada para **SERVIÇO DE LIMPEZA HOSPITALAR**

ANEXO:

VOLUME IV

MOVIMENTO DO PROCESSO

DESTINO	DATA			DESTINO	DATA		
1				19			
2				20			
3				21			
4				22			
5				23			
6				24			
7				25			
8				26			
9				27			
10				28			
11				29			
12				30			
13				31			
14				32			
15				33			
16				34			
17				35			
18				36			

Folhas nº 688

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA
(Hospital Uaupés / 1922 – Unidade Mista SUSAM / 1994)

TERMO DE ABERTURA DE VOLUME

Aos cinco dias de setembro de 2022, procedi a abertura do volume nº IV do processo nº 64598.001283/2022-31.

Chrisley Jasminie Rodrigues **Macedo**
Adjunta/Aux da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos do HGu SGC

falta.

CLÁUSULA OITAVA - DA CESTA BÁSICA

O empregador fornecerá, sem ônus para o trabalhador, mensalmente, a todos os seus empregados, independentemente da jornada de trabalho, uma ***Cesta Básica*** ***"in natura"*** contendo mantimentos de qualidade, conforme condições a seguir:

CESTA BÁSICA	**ANO 2022**
VALOR EM REAIS	**R$ 100,00**

1 - O empregado que apresentar falta, ***injustificada*** no mês, não fará *jus* ao benefício.

2 - Na ocorrência de falta de um ou mais produtos constantes da cesta básica, a empresa poderá efetuar a substituição por produto similar.

3 – O funcionário afastado por motivo de licença ou por gozo de férias não fará jus ao benefício da cesta básica.

4 - Fica estabelecido que a não retirada da cesta **in natura** até o dia 30 do mês, implicará na perda da mesma naquele mês.

5 - A Cesta Básica deverá ser entregue até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao trabalhador.

Fls. nº 680
Andrew

CLÁUSULA NONA - DO VALE TRANSPORTE

Desde que, solicitado por escrito pelo interessado e satisfeitas as exigências prevista no art.7º do Decreto nº 95.247/87, que regulamenta a Lei nº 7.619/87 e as previstas na Lei nº 7.418/85, as empresas fornecerão vale-transporte a todos os seus empregados, nos dias efetivamente trabalhados para deslocamentos residência – trabalho e vice-versa.

Parágrafo Primeiro: Para os empregados beneficiados com vale-transporte, será realizado o desconto de 6% (seis por cento), incidente sobre o salário base do trabalhador, na forma da lei. Aos empregados que trabalham na escala 12X36, estabelecida nesta CCT, será empregada a proporcionalidade do desconto, **ou seja, 3% sobre o salário base da categoria.**

Parágrafo Segundo: Nos períodos de afastamentos do empregado de suas atividades funcionais, por qualquer motivo, inclusive por atestado médico ou pelo INSS, este não fará jus ao recebimento do benefício do vale transporte, por inexistência de deslocamentos do trabalhador no percurso residência/trabalho.

Parágrafo Terceiro: No caso de extravio, perda e dano do cartão magnético de vale transporte, o empregado será responsabilizado pelas despesas com a substituição do mesmo.

Parágrafo Quarto: No caso de desligamento do empregado, o mesmo obriga-se a devolver os vales transportes proporcional aos dias de trabalho ao período, sob pena de desconto na rescisão do contrato.

Folha nº 681
Andreia

6 - Este item não tem natureza salarial e não integrará a remuneração para qualquer fim.

7 - Os empregados admitidos ou demitidos para fazer jus à cesta deverão ter trabalhado no mínimo 30 dias no mês.

Parágrafo Primeiro: Para empresas que tem contratos no Interior do Estado do Amazonas, devido à peculiaridade da região, fica certo e acordado, que poderão fornecer o benefício da Cesta Básica em espécie ou depósito em conta do trabalhador, até a data acima mencionado.

Parágrafo Segundo: A irregularidade no fornecimento da cesta básica *"in natura"*, por não corresponder à quantidade ou qualidade dos produtos indicados nesta cláusula, desde que comprovada, sujeitará ao empregador o pagamento de uma multa correspondente ao valor de *02 (duas) cestas básicas* pago ao empregado prejudicado.

Parágrafo Terceiro: Considerando o previsto no art. 611-A da CLT, prevalecerão sobre a lei todos os pontos objetos de Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho.

Parágrafo Quarto: As empresas que optarem por outro tipo de fornecimento da cesta básica, tipo cartão magnético, deverá obter autorização através de acordo coletivo com os sindicatos representes.

Parágrafo Quinto: Ficam as empresas obrigadas a fornecerem comprovação de valores da citada Cesta, caso seja solicitado pelo SEEACEAM ou SEAC.

Auxílio Transporte

Folhas nº 692
Andreia

Parágrafo Quinto: A declaração falsa ou uso indevido do vale - transportes constituem falta grave, sujeito à demissão por justa causa.

Auxílio Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PLANO ODONTOLÓGICO

Fica estabelecido de comum acordo entre o SEAC/AM e o SEEACEAM que todas as empresas são obrigadas a fornecerem o **Plano Odontológico** a seus funcionários, ficando ainda ajustado que a escolha da operadora a ser contratada para prestar os referenciados serviços (Plano Odontológico) ficará a critério/indicação do Sindicato Laboral com a respectiva anuência do Sindicato Patronal.

Parágrafo Primeiro: Caso o Sindicato Patronal não aprove a indicação acima apresentada pelo Sindicato Laboral, deverá fazê-lo de forma escrita e fundamentada no prazo de 10 (dez) dias contados da data da escolha, ocasião em que a ausência de justificativa plausível e coerente ensejará na aceitação tácita da operadora indicada.

Parágrafo Segundo: Fica excetuada da hipótese acima aqueles que embora laborando para as empresas vinculadas a este sindicado, pertençam a outras categorias profissionais diferenciadas (art.511 da CLT) ou nelas exerçam ainda que como empregados, atividades correspondentes a profissão liberal (Lei nº 7.316/85).

Parágrafo Terceiro: Fica estabelecido que as empresas contribuirão com o valor mensal de R$ 15,00 (quinze reais) visando o custeio do plano odontológico gratuito para todos os empregados abrangidos

Folha nº 693
André

por este instrumento coletivo de trabalho.

Parágrafo Quarto: O empregado poderá incluir seus dependentes perante o **Plano Odontológico** ocasião pela qual *os custos adicionais serão custeados pelo próprio beneficiário titular (empregado)*, devendo nesta hipótese, fornecer à empresa dados e documentos necessários para a inclusão dos eventuais dependentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PLANO DE SAÚDE

Fica convencionado que os empregadores, credenciarão empresa especializada em **Plano de Saúde** para utilização, caso desejem, por todos os seus empregados. Ficando acertado que o valor do custeio do referido **Plano de Saúde** deverá ser descontado do empregado em sua totalidade em Folha de Pagamento.

Parágrafo Primeiro: O plano estatuído nesta cláusula é optativo, podendo estender-se a seus dependentes diretos, ocasião pela qual os custos adicionais também serão pelo próprio beneficiário titular (empregado).

Parágrafo Segundo: O empregador descontará em Folha de Pagamento somente o valor do plano contratado, sem nenhum valor adicional.

Auxílio Morte/Funeral

Folhas nº 694

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMILIAR

Por esta cláusula, fica garantido a todos os empregados/trabalhadores pertencentes às categorias profissionais subordinadas a esta Convenção, associados ou não às entidades sindicais profissionais, o serviço assistencial em caso de incapacitação permanente para o trabalho por perda ou redução de sua aptidão física, ou em caso de falecimento, a seus dependentes, estabelecido pelo plano de benefícios definido a seguir, nos valores e condições abaixo especificadas, responsabilizando-se a Entidade Sindical Patronal, SEAC-AM, a manter a assistência social ora instituída, através de sua própria administração ou de gestão especializada.

Parágrafo Primeiro: Para viabilidade financeira deste benefício assistencial e social, durante a vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho, a título de contribuição financeira, as empresas convenentes recolherão, até o décimo dia útil de cada mês, ao SEAC-AM, através de boleto bancário ou depósito identificado, o valor de R$ 10,00 (dez reais) por empregado que possua, arrecadado na forma prevista no parágrafo segundo, abaixo, tomando-se por base, para efeito de cálculo, a quantidade de empregados constante no campo:

Total de empregados do último mês informado do CAGED do mês anterior ao do último informado ao Ministério do Trabalho e do Emprego, sem nenhuma redução, a qualquer título.

Parágrafo Segundo: Para a constituição dos fundos necessários a manutenção dos benefícios previstos nesta cláusula, fica convencionado que as empresas participarão com o valor de R$ 10,00 (dez reais) por empregado, conforme o disposto no parágrafo primeiro, acima, que será devidamente recolhido mediante depósito bancário identificado ou através de guias próprias emitidas pelo SEAC-AM, depositados diretamente em conta.

695
Andrade

Banco Bradesco - Número do Banco: 237 - Agência: 3726-5 Conta-Corrente: 129.890-9

a) **Ajuda alimentícia**: Fica certo e garantido o envio de 50 Kg de alimentos variados (cesta básica) no valor de R$125,00 (cento e vinte cinco reais) cada, ao local onde reside o trabalhador incapacitado temporariamente, pelo período do afastamento concedido pelo INSS, desde que não ultrapasse 06 (seis) meses, a contar da data de comunicação formal do evento e apresentação da documentação (Carteira de Identidade, CPF, Carteira de Trabalho e documento emitido pelo INSS.

b) **Ajuda de manutenção de renda familiar**: Fica garantida a disponibilização de ajuda financeira mensal para composição de gastos com remédios, despesas hospitalares e similares ao inválido ou ainda, aos dependentes legais (viúva, companheira(o) ou filhos menores de idade) do falecido, no valor de 1 (um) salário mínimo vigente no país, pelo período de 04 (quatro) meses, vencendo a primeira prestação quinze (15) dias úteis após a entrega do documento comprobatório do falecimento do trabalhador ou da sua incapacitação permanente para o trabalho;

c) **Prestação de serviço Funeral**: Fica garantida a prestação do serviço de funeral e sepultamento ao empregado falecido e a seus dependentes legais esposa (o), companheiro(a) e filhos, independente da causa ou horário do falecimento, a ser solicitado através de sistema de convênios disponíveis 24 horas por dia 7 dias por semana, custeando-se até o valor de R$ 800,00 (oitocentos reais), de acordo com o credo religioso da família, observado o seguinte:

I. A Carteira Profissional de Trabalhador, Carteira de Identidade e CPF serão os únicos documentos necessários à imediata prestação do serviço;

Parágrafo Terceiro: O empregador que por ocasião do óbito ou do fato causador da incapacitação,

estiver inadimplente por: falta de pagamento, pagamento após o dia do vencimento ou efetuar o recolhimento por valor inferior ao devido, responderá perante o empregado ou a seus dependentes, por multa equivalente ao dobro do valor dos benefícios constante na presente cláusula e acarretará multa mensal no valor de 10% (dez por cento) do piso salarial da categoria a ser paga a cada um de seus empregados.

Parágrafo Quarto: O óbito ou o evento que possa provocar incapacitação permanente para o trabalho, por perda ou redução de sua aptidão física, deverá ser comunicado formalmente, no prazo máximo e improrrogável de até 90 (noventa) dias da ocorrência.

I. Farão jus à Assistência de manutenção de renda familiar e à Assistência alimentícia os trabalhadores que sofrerem perda ou redução de aptidão física pelas imobilidades ou amputações abaixo relacionadas:

ALIENAÇÃO MENTAL	Debilidade mental completa e permanente.
VISÃO	Perda completa e permanente do sentido.
AUDIÇÃO	Perda completa e permanente do sentido.
FALA	Perda completa e permanente do sentido.
TETRAPLEGIA	Impossibilidade completa e permanente de movimentação dos membros superiores e inferiores.
PARAPLEGIA	Impossibilidade completa e permanente de movimentação dos membros inferiores.
BRAÇO	Impossibilidade completa e permanente de movimentação ou amputação
OMBRO	Impossibilidade completa e permanente de movimentação.
COTOVELO	Impossibilidade completa e permanente de movimentação.
ANTEBRAÇO	Impossibilidade completa e permanente de movimentação ou amputação

Folha nº 632 Andreia

PUNHO	Impossibilidade completa e permanente de movimentação.
MÃO	Impossibilidade completa e permanente de movimentação ou amputação.
QUADRIL	Impossibilidade completa e permanente de movimentação.
PERNA	Impossibilidade completa e permanente de movimentação ou amputação.
JOELHO	Impossibilidade completa e permanente de movimentação.
PÉ	Impossibilidade completa e permanente de movimentação ou amputação.
ENCURTAMENTO DOS MEMBROS INFERIORES (PERNAS)	Em cinco (5) centímetros ou mais.
COLUNA VERTEBRAL	Impossibilidade completa e permanente de movimentação ou deformação completa e permanente.
PESCOÇO	Impossibilidade completa e permanente de movimentação.

Parágrafo Quinto: Em todas as planilhas de custos e editais de licitações deverá constar a provisão financeira para cumprimento desta assistência social, a fim de que seja preservado o patrimônio jurídico dos trabalhadores em consonância com o artigo 444 da CLT.

Parágrafo Sexto: O presente serviço social não tem natureza salarial, por não se constituir em contraprestação de serviços, tendo caráter compulsório e ser eminentemente assistencial.

Parágrafo Sétimo: Sempre que necessário à comprovação do cumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho e nas homologações trabalhistas, deverão ser apresentadas às guias de recolhimentos quitadas.

Parágrafo Oitavo: Fica estabelecido entre as partes que os problemas de ordem legal, que poderão ser

Folha nº 698
Andreu

acarretados pelo estabelecimento desta cláusula, serão de inteira e exclusiva responsabilidade do Sindicato Patronal.

Parágrafo Nono: Fica estabelecido que será destinado o percentual de 10% do valor arrecadado mensalmente a titulo de taxa administrativa para manutenção de despesas administrativa, da referida assistência.

Parágrafo Décimo: Fica instituída uma multa mensal de 2 (dois) salários mínimos vigente, revertida à Entidade Patronal, aplicável às empresas que descumprirem a presente Cláusula.

Seguro de Vida

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO SEGURO DE VIDA

Fica facultada aos empregadores contratação de Seguro de Vida em Grupo em prol de seus empregados, hipótese em que os mesmos contribuirão com até 10% (dez por cento) dos prêmios mensais, a ser descontado em folha de pagamento.

Empréstimos

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

Fica estabelecido de comum acordo entre o SEAC/AM e o SEEACEAM que as empresas poderão garantir

o empréstimo bancário a seus funcionários nos moldes da Lei nº 10.820/2003, ficando ajustado que a escolha do agente financeiro a ser contratado para prestar os referenciados serviços (empréstimo consignado) ficará a critério/indicação do Sindicato laboral com a respectiva anuência do sindicato patronal.

Parágrafo Primeiro: Caso o sindicato patronal não aprove a indicação acima apresentada pelo sindicato Laboral, deverá fazê-lo de forma escrita e fundamentada no prazo de 10 (dez) dias contados da data da escolha, ocasião em que a ausência de justificativa plausível e coerente ensejará na aceitação tácita da operadora indicada.

Parágrafo Segundo: O sindicato patronal possui poderes apenas para conceder aprovação no que se refere à indicação do agente financeiro que prestará os serviços, não possuindo, com efeito, legitimidade perante o contratado para dirimir os demais assuntos contratuais estabelecidos.

Contrato de Trabalho Admissão, Demissão, Modalidades

Normas para Admissão/Contratação

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ANOTAÇÕES EM CTPS

As empresas deverão efetuar, obrigatoriamente, os registros e anotações devidas nas CTPS dos seus empregados em 48 (quarenta e oito) horas, especificando as condições de contratação, data de admissão e a remuneração, e demais peculiaridades, se houver, de acordo com os artigos 29 e 34 da CLT.



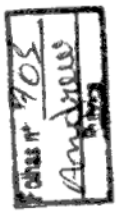
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CONTINUIDADE DOS CONTRATOS

Considerando a tipicidade da atividade de terceirização de serviços e a necessidade de prever para os trabalhadores maior segurança no emprego, e para isso incentivar as empresas para efetivamente participarem desse intento, fica pactuado que as empresas que sucederem outras na prestação do mesmo serviço em razão de nova licitação pública ou novo contrato poderão contratar os empregados da anterior, sem descontinuidade da prestação dos serviços, sendo que nesse caso a rescisão SERÁ POR ACORDO realizados na Comissão de Conciliação Prévia - CCPAC e obrigará ao pagamento do percentual de 20% (vinte por cento) sobre os depósitos do FGTS e pagamento de metade do aviso prévio, se indenizado, ou seu cumprimento normal, em relação às demais verbas rescisórias não haverá alteração.

Parágrafo Primeiro: Havendo real impossibilidade da continuação do trabalhador nos serviços, devidamente justificado pela empresa ou pelo empregado, o empregado terá direito à indenização no percentual de 20% (vinte por cento) sobre os depósitos do FGTS e os demais direitos previstos em Lei, inclusive o art. 477 da CLT.

Parágrafo Segundo: Quando a empresa entregar os avisos prévios aos seus empregados em razão da proximidade do término do contrato de prestação de serviço e por qualquer motivo der continuidade ao contrato caberá ao respectivo empregador fazer a retratação, em razão da manutenção do emprego (princípio benéfico e mais favorável ao laborista).

Parágrafo Terceiro: No encerramento do contrato entre o empregador e o tomador de serviço,



persistindo pendências de homologações de rescisões contratuais, poderá a empresa vencedora do contrato de prestação de serviços efetuar a assinatura do novo contrato de trabalho na CTPS do trabalhador reaproveitado, independentemente da devida baixa do contrato anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA HOMOLOGAÇÃO DA RESCISÃO CONTRATUAL

As rescisões de contrato de trabalho com mais de ano de vigência serão homologadas pelo Sindicato Laboral, de segunda a sexta-feira, no período das 08h00min às 11h30min e 14h00min às 16h00min.

Parágrafo Primeiro: Todos os empregados filiados ao sindicato laboral por período superior a 6 (seis) meses, em caso de rescisão sem justa causa, poderão ser assistidos pelo sindicato laboral na oportunidade retro mencionada, desde que previamente solicitado, pelo empregado, no prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas.

Parágrafo Segundo: Fica certo e garantido que as homologações de rescisões de contrato de trabalho feitas e pagas, às sextas-feiras, após as 12h00min, só serão validadas e consideradas mediante pagamento em espécie ou depósito bancário, em conta do trabalhador, *sendo que os valores pagos em TRCT, abaixo de R$ 100,00 (cem reais) só serão aceito e homologado mediante pagamento em espécie. As que assim não procederem ficam sujeitas as penalidades da legislação vigente, art. 477 da CLT.*

Parágrafo Terceiro: Fica estabelecido que a quantidade **acima de 03 (três)** homologações, terão que ser agendadas 48 horas antes.

Parágrafo Quarto: Que as documentações (TRCT's e Outros), referentes a demissão dos trabalhadores

terão que ser apresentadas e entregues no prazo máximo de até 20 dias corridos, contado da data da DEMISSÃO do trabalhador, perante ao Sindicato de Classe, para as conferencias que se fizerem necessárias, as empresas que não cumprirem esta norma, ficam sujeitas a uma multa de 1/3 (um terço) do salário nominal do trabalhador, revestido a parte prejudicado.

Parágrafo Quinto: Fica estipulado o prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da data da Demissão do empregado, para pagamento das TRCT's.

Parágrafo Sexto: Será cobrado da empresa, por cada homologação feita, o valor de **R$10,00 (dez reais)**. Podendo o pagamento ser feito em espécie ou através de comprovação de depósito em conta, conforme dados bancários a seguir:

Banco: Caixa Econômica Federal - Ag.: 0020 - Op.: 003 - Conta Corente: 4227-0 OU PIX: 23006562000148 (CNPJ)

Relações de Trabalho Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Qualificação/Formação Profissional

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

A partir da vigência do presente instrumento, as empresas contribuirão para o Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Amazonas o **valor mensal de R$ 10,00 (dez reais) por empregado** destinado à qualificação profissional.

Folha nº 703
Andrew

Parágrafo Primeiro: Os **certificados terão validade de 12 (doze) meses**.

Parágrafo Segundo: O recolhimento da importância ajustada no caput desta Cláusula será efetuado até o **10º (décimo) dia útil de cada mês**, através de **boleto enviado pelo SEAC-AM**.

Parágrafo Terceiro: DA OBRIGAÇÃO – Fica acordado entre as partes que a empresa, terá um prazo de até 60 dias para apresentar a certificação de seus empregados ao tomador de serviços.

Parágrafo Quarto: As empresas deverão de forma obrigatória fazer constar em suas **planilhas de custos** a provisão financeira para cumprimento do recolhimento da importância ajustada no caput desta Cláusula.

Parágrafo Quinto: O atraso no recolhimento ensejará a aplicação de **multa mensal** à empresa em valor correspondente a **3% (três por cento) do valor devido**, *pro rata die*, limitada ao principal.

Jornada de Trabalho Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Compensação de Jornada

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO BANCO DE HORAS

Fica convencionado que as empresas, durante o prazo de vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, poderão adotar o regime de BANCO DE HORAS para a jornada cumprida além do limite contratual, desde que necessária para atender especificidades do serviço ou que decorram de eventos

fora de controle do empregador, procedendo a compensação das horas excedentes, na forma prevista nesta Cláusula. Ficando atrelado ao aceite dos seus funcionários, que deveram assinar documento de autorização e com a devida apreciação dos sindicatos Laboral e Patronal.

Parágrafo Primeiro: As primeiras 20 (vinte) horas de sobre jornada realizadas pelo empregado, durante o mês, excedentes a 192 (cento e noventa e duas) horas mensais, serão pagas com o adicional de 50% (cinqüenta por cento).

Parágrafo Segundo: As horas excedentes ao limite do parágrafo anterior serão acumuladas no BANCO DE HORAS, por um período máximo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo Terceiro: Durante os 90 (noventa) dias de que trata o parágrafo anterior, poderá haver compensação das horas excedentes pela diminuição da jornada diária ou pela concessão de folga além das normais.

Parágrafo Quarto: Será informado ao empregado, ao final de cada mês, o saldo da apuração das horas resultantes do BANCO DE HORAS, positivo ou negativo.

Parágrafo Quinto: A utilização de saldo existente no BANCO DE HORAS, seja positivo ou negativo, será feito em igualdade de condições, ou seja, na razão de uma hora depositada (crédito ou débito), para cada hora realizada.

Parágrafo Sexto: O saldo credor de horas não compensadas, apurado ao final de cada 90 (noventa) dias, será pago ao empregado com o adicional de 50% (cinqüenta por cento).

Parágrafo Sétimo: No caso de desligamento do empregado, por pedido de demissão ou justa causa, o

saldo existente no BANCO DE HORAS, será pago ou descontado, segundo as regras contidas nesta Cláusula. Observando o valor máximo de desconto o salário base da categoria.

Parágrafo Oitavo: Se o desligamento ocorrer por iniciativa da empresa, o saldo negativo existente no Banco de horas, será por ela absolvido, enquanto que a crédito de horas do empregado será pago juntamente com as verbas rescisórias, na forma do Parágrafo Sexto.

Faltas

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO ABONO DE FALTAS

As Empresas aceitarão atestados ou declarações de acompanhamento de 01 (um) dia, dos seus empregados que tenham acompanhado em caráter de emergência, seus dependentes e/ou cônjuge, desde que emitidas por profissional da área médica.

Turnos Ininterruptos de Revezamento

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA JORNADA 12X36

A jornada de trabalho poderá ser doze horas seguidas de trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, não sendo devidas horas extraordinárias, em razão da natural compensação, observados ou indenizados, o intervalo de 60 minutos para repouso e alimentação.

Folha nº 706
Assinatura

Parágrafo Primeiro: Considera-se já remunerado o trabalho realizado nos domingos e feriados que porventura coincidam com a escala prevista nesta cláusula, face à natural compensação pelo desconto nas 36 (trinta e seis) horas seguintes.

Parágrafo Segundo: Em caso de trabalho noturno as horas serão de 60 minutos, mas remunerados no percentual de 20% para os períodos laborados entre 22:00h à 05:00h.

Parágrafo Terceiro: Se a Jornada 12x36 ocorrer em ambiente insalubre é desnecessária a licença prévia da autoridade competente na área de higiene do trabalho.

Parágrafo Quarto: A indenização do intervalo intrajornada será no percentual de 50% sobre a hora normal de trabalho.

Férias e Licenças

Outras disposições sobre férias e licenças

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

Serão aceitos como válidos os atestados médicos e odontológicos apresentados pelo empregado para justificar sua ausência por motivo de doença, emitidos por profissionais devidamente registrados no CRM e CRO, em ordem de preferência, por médicos contratados diretamente pela empresa, ou mediante convênio/SESC e, à sua falta, os atestados emitidos por médicos vinculados ao SUS (Sistema Único de Saúde). Em último caso, serão aceitos os atestados emitidos por médico do sindicato ou particular.

Folhas nº 907

Parágrafo Pimeiro: O atestado deverá ser entregue, pessoalmente ou nos casos de absoluta impossibilidade comprovada, por outrem, nas 24 (vinte e quatro) horas após a emissão do referido atestado, sendo convalidado pelo médico da empresa.

Parágrafo Segundo: Quando o empregado prestar serviço fora do domicílio da sede da empresa, a entrega do atestado médico poderá ser feita em sua subsede ou posto de apoio, caso existam, ou recolhido pelo preposto da mesma no próprio posto de serviço.

Parágrqafo Terceiro: Para sua validade, o atestado deverá conter a identificação do empregado e assinatura e carimbo com o número do Conselho do profissional que assina o documento, e ser apresentado em duas vias (original e cópia), a fim de que as empresas declarem na cópia a ser imediatamente devolvida ao empregado, o recebimento do respectivo original, inclusive com data, horário e assinatura do preposto da empresa.

Parágrafo Quarto: Caso a empresa suspeite de fraude no atestado apresentado, poderá solicitar esclarecimentos aos responsáveis, os quais deverão prestá-las, vez que a prática de atestado falso é crime previsto nos arts. 297 e 302 do Código Penal.

Parágrafo Quinto: Caso a fraude seja constatada, pode implicar em demissão por justa causa do empregado, prevista no artigo 482, da CLT.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Uniforme

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DOS UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

Quando de uso obrigatório, as empresas fornecerão gratuitamente aos seus empregados o uniforme necessário, considerando-se o uso normal do mesmo, sendo pelo menos 02 (dois) uniformes completos, entendendo-se como completo, camisa, calça e sapato, entregues de 06 (seis) meses em 06 (seis) meses e os equipamentos de proteção individual necessários. Para os trabalhadores que fiquem expostos à chuva, as empresas deverão fornecer capas impermeáveis.

Parágrafo Primeiro: O empregado indenizará, com base no §1º do art. 462 da CLT, a peça de uniforme, ficando a empresa autorizada a descontar o respectivo valor diretamente do salário ou da remuneração, em caso de extravio, danos decorrentes de utilização indevida ou fora do serviço e não devolução quando da rescisão contratual ou substituição do uniforme cedido. (alerta há que se ter previsão no contrato de trabalho).

Parágrafo Segundo: A utilização do uniforme será restrito ao local de trabalho incluindo o seu trajeto de ida e volta ao trabalho, ficando o faltoso passível de advertências, suspensão e demissão por justa causa.

Parágrafo Terceiro: A higienização do uniforme é de responsabilidade do trabalhador, pois os produtos utilizados para a higienização das vestimentas é de uso comum.

Relações Sindicais

Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho

Folha nº 20
Análise

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA DIVULGAÇÃO ATRAVÉS DO QUADRO DE AVISO

Fica assegurado que as empresas deverão disponibilizar, em suas sedes ou nos locais de trabalho, espaço para fixação de Quadro de Avisos e comunicações de interesse da categoria profissional, bem como para a divulgação de notícias sindicais.

Parágrafo Único - Nos locais de trabalho, a colocação do quadro de avisos fica na dependência de autorização do tomador do serviço e as notícias que lá estarão afixadas serão de responsabilidade do sindicato.

Liberação de Empregados para Atividades Sindicais

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA LIBERAÇÃO DO DIRIGENTE SINDICAL

Fica garantido ao dirigente sindical, durante a vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho, que exerça cargo de direção e/ou de representante sindical, sem prejuízo de seus vencimentos, direitos adquiridos, vantagens decorrentes do contrato de trabalho ou Acordo Coletivo de Trabalho, o direito de se ausentar do serviço com a finalidade de tratar dos assuntos de interesses da categoria profissional por até 02 (duas) vezes – por dois (2) dias a cada trimestre.

Parágrafo Primeiro: Os demais dirigentes sindicais do Estado do Amazonas, serão liberados para o comparecimento em atividades sindicais (reuniões, cursos, etc.), durante 05 (cinco) dias ao ano. Os dirigentes do interior do Estado serão liberados durante 10 (dez) dias ao ano, sem prejuízo de suas

remunerações, férias, 13º salário e demais direitos e vantagens da relação empregatícia.

Parágrafo Segundo: A solicitação de liberação de diretores, que trata o parágrafo primeiro desta cláusula, será feito pelo sindicato representativo da categoria, no prazo máximo de pelo menos 72 (setenta e duas) horas de antecedência à empresa na qual este originalmente trabalha.

Parágrafo Terceiro: Da solicitação do Diretor para cumprir sua jornada de trabalho a disposição no sindicato, ficam o salário, todos os encargos e obrigações trabalhistas sob responsabilidade da empresa. As Empresas concederão a liberação dos seus empregados eleitos para a Diretoria da Entidade Sindical, na quantidade máxima de 01 (um) funcionário por empresa. Fica o Presidente do SEEACEAM obrigado a notificar as empresas, com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência.

Parágrafo Quarto: Fica garantido ao dirigente sindical, e conselho fiscal, estabilidade durante o período de seu mandato.

Acesso a Informações da Empresa

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DA REMESSA DE COMPROVANTE DO PAGAMENTO DO FGTS

As empresas remeterão aos Sindicatos dos Trabalhadores e Patronal, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, cópia (em papel) das GFIP - Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social, devidamente quitada, acompanhada de relação contendo o nome do trabalhador e o valor recolhido.

Parágrafo Único - Fica certo e garantido que a empresa que descumprir esta cláusula fica sujeita a multa de 10% (dez por cento) do valor base de remuneração que deu origem a GFIP, a ser aplicada a parte infratora e revertida em favor da parte prejudicada.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PATRONAL

Considerando o previsto no art. 611-A da CLT, prevalecerão sobre a lei todos os pontos objetos de Acordo ou Convenção Coletiva, ressaltados as vedações previstas no art. 611-B;

Considerado que o art. 611-B não veda a estipulação de contribuição decorrente de Convenção Coletiva para toda a categoria econômica, diante disso prevalece o negociado sobre o legislado;

Assim por deliberação da Assembleia Geral do Sindicato Patronal de acordo com o disposto no art. 8º, inciso III da Constituição Federal, todas as empresas que exercem atividades representadas pelo Sindicato Patronal (limpeza, conservação e serviços terceirizados) recolherão mediante guia a ser fornecida Pelo SEAC/AM, a CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL, para a assistência a todos e não somente a associados, conforme estabelecido na seguinte tabela.

00 A 03	EMPREGADOS	R$ 150,00
04 A 10	EMPREGADOS	R$ 250,00

11 A 20	EMPREGADOS	R$ 350,00
21 A 30	EMPREGADOS	R$ 450,00
31 A 50	EMPREGADOS	R$ 550,00
51 A 80	EMPREGADOS	R$ 650,00
81 A 110	EMPREGADOS	R$ 750,00
111 A 150	EMPREGADOS	R$ 850,00
151 A 200	EMPREGADOS	R$ 950,00
ACIMA DE 201	EMPREGADOS	R$ 1.250,00

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL LABORAL

As empresas ficam obrigadas a descontar de todos empregados a título de Contribuição ASSISTENCIAL NEGOCIAL, no valor de 3% do salário base no mês de **FEVEREIRO/2022**, decidido em Assembleia Geral, e repassará ao SEEACEAM através de boleto bancário até 10° dia útil do mês subsequente, juntamente com a relação contendo nome, função, salário e valor do desconto, para emissão do respectivo boleto. Fica certo e garantido aos empregados o direito de manifestar, até **15/02/2022**, oposição ao desconto previsto no caput, desde que o faça de maneira individual e por escrito e apresentar nas dependências do Sindicato Laboral.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DA CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA PATRONAL MENSAL

Folhas nº 473

As empresas sindicalizadas recolherão para o sindicato patronal SEAC-AM, a título de Contribuição Associativa Patronal mensal a importância correspondente ao valor de um R$ 500,00 (quinhentos reais).

Parágrafo Primeiro: O não pagamento da importância prevista no caput, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do arquivamento e registro da presente Convenção na Delegacia Regional do Trabalho, ensejará a emissão de Duplicata de Serviços e respectivo protesto e, ainda, o ajuizamento de Ação Executiva, conforme deliberação na Assembleia da categoria.

Parágrafo Segundo: Fica garantido o direito de oposição às empresas que não concordarem com o aludido pagamento, desde que o faça no prazo de 10 (dez) dias, contados da data do depósito da presente norma na DRT ou da data da publicação realizada pelo sindicato patronal em jornal de grande circulação a esse respeito, o que lhes for mais favorável.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DA MENSALIDADE ASSOCIATIVA LABORAL

As empresas ficam obrigadas a descontar mensalmente o percentual de 2% (dois por cento), decidido em Assembleia Geral Extraordinária, a título de Contribuição Associativa de todos os seus empregados, sendo o valor mínimo de **R$ 24,92 (vinte e quatro reais e noventa e dois centavos)** e repassar ao Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Amazonas, até o 10º dia útil do mês subsequente, juntamente com a relação contendo nome, a matrícula na empresa, salário e valor do desconto.

Parágrafo Primeiro: Fica acordado que as empresas descontarão de seus empregados Associados, os

valores correspondentes às compras feitas pelos mesmos, através dos convênios celebrados pelo Sindicato Laboral. Esses valores serão encaminhados às empresas pelo Sindicato respectivo da categoria, o qual terá obrigação quando solicitado pela empresa de anexar aos relatórios, comprovantes comprobatórios das compras efetuadas, e recolher mensalmente junto às empresas os valores descontados.

Parágrafo Segundo: Fica estabelecido entre as partes que os problemas de ordem legal, que poderão ser acarretados pelo estabelecimento desta cláusula, serão de inteira e exclusiva responsabilidade do Sindicato Laboral.

Parágrafo Terceiro: Fica acordado que o repasse/depósito do desconto ao SEEACEAM deverá ser feito obrigatoriamente até o dia 10º (décimo) dia útil do mês subseqüente ao desconto. Tal quantia será devidamente depositada/recolhida na conta corrente do SEEACEAM.

Parágrafo Quarto: Em caso de atraso no depósito da mensalidade sindical recolhida, a empresa pagará uma multa diária correspondente a 1/2 (meio) piso da categoria revertido para o SEEACEAM até a data da efetivação liquidação.

Parágrafo Quinto: Fica certo e garantido aos empregado associados o direito de manifestar, a qualquer tempo, oposição ao desconto previsto no caput, desde que o faça de maneira individual e por escrito e apresentar nas dependências do Sindicato Laboral.

Parágrafo Sexto: Os empregados associados em situação regular com SEEACEAM, terão direito aos benefícios abaixo relacionados:

I - Consulta com Assistência Médica nas Especialidades abaixo relacionadas:

Folhas nº 715

II - Clínica Geral Diurno, Oftalmologia, Pediatria, Obstetrícia (Pré-natal), Ginecologia, Otorrino, Urologista, Ortopedista e Cardiologista.

III - Ultra-sonografia de:

Abdômen superior, Abdômen Total, Bolsa Escrotal Infantil, Mamária, Músculo, Esquelético, Obstétrica, Partes Superficiais, Pélvicas, Pediátrica, Pênis infantil, Próstata, Rins e vias urinárias, testículos infantil, tórax, transfontanela e Transvaginal.

IV - Raio X de:

Abdômen simples, Abdômen Agudo, Abdômen ap lateral ou localizada, antebraço ap lateral, Articulação acrômio-clavicular, Articulação tíbia-társica, Articulação sacra-iliacas, Bacia, Braço ap lateral, Calcâneo Lateral, Cavun, Clavícula, Coluna Cervil ap lateral, Copluna dorsal ap lateral, Coluna lombo-sacra e Coluna.

Parágrafo Sétimo: Assistência Jurídica- Área trabalhista.

Parágrafo Oitavo: Exame Laboratoriais básicos.

Parágrafo Nono: Ficam as empresas obrigadas a fornecerem mensalmente a Relação dos Funcionários demitidos, para que seja dado baixa em nosso sistema.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DA CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL

Visando o dever das entidades sindicais Patronal e Laboral em zelar pelo fiel cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária e os direitos dos trabalhadores instituídos no Artigo 7º da Constituição Federal, ficou acordado entre as partes a emissão da **CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE SINDICAL**, assinada por seus Presidentes ou Substitutos legais, com validade de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Primeiro: Para emissão da referida Certidão serão solicitados os seguintes comprovantes:

Para o Sindicato Laboral:

1. CAGED;
2. Mensalidades
3. Comprovante de pagamento de salários;
4. Comprovante de pagamento;
5. Comprovante de entrega de Vale Transporte;
6. Comprovante de constituição de CIPA, conforme o caso (IN 5);
7. 06 (seis) últimas guias do FGTS

Para o Sindicato Patronal:

1. CAGED;
2. Comprovante de Contribuição Negocial Patronal, Assistência Social e Familiar Patronal e Mensalidade.

Parágrafo Segundo: As empresas para participarem em licitações promovidas por órgãos da

Administração Pública, Direta, Indireta ou contratação por setores privados, deverão apresentar a CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE SINDICAL, dentro do prazo de sua vigência, por força desta Convenção, assistidos pelos Artigos 607 e 611 da CLT, combinado com o Art. 124 da Lei Nº 8.666/93 e suas alterações.

Parágrafo Terceiro: Fica estabelecido que a CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL, para os seus diversos fins, será emitida pelos sindicatos interessados, ou seja, pelo SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS (SEAC/AM) ou pelo SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS (SEEACEAM), a qual só terão validade quando os sindicatos mencionados deliberarem de forma conjunta quanto as condições para a sua emissão e a assinarem conjuntamente.

Parágrafo Quarto: A falta de **CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL** ou vencido seu prazo de validade, nos casos de Concorrências, Carta-convite, Tomada de Preços e Pregões, permitirá às demais empresas licitantes, bem assim aos Sindicatos Convenentes, que intervenham no processo licitatório, denunciando a irregularidade e/ou a empresa irregular por descumprimento das cláusulas convencionadas. Considerando o previsto no art. 611-A da CLT, prevalecerão sobre a lei todos os pontos objetos de Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho.

Parágrafo Quinto: Considerando o previsto no art. 611-A da CLT, prevalecerão sobre a lei todos os pontos objetos de Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DAS CERTIDÕES

Folhas nº 228

Os sindicatos deverão emitir, sempre que solicitado, para fins diversos, certidões que declarem que as empresas solicitantes estejam regularizadas junto ao respectivo sindicato e que são cumpridoras da Convenção Coletiva em voga, se realmente o forem.

Parágrafo Primeiro: As certidões terão prazo de validade de 30 (trinta) dias e terão um custo de R$ 25,00 (vinte e cinco reais) que será pago através de boleto bancário, emitido pelo SEAC/AM.

Parágrafo Segundo: Considerando o previsto no art. 611-A da CLT, prevalecerão sobre a lei todos os pontos objetos de Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - EMPRESAS DE OUTROS ESTADOS

As empresas com sede em outro estado que prestam ou que venham prestar suas atividades no Estado do Amazonas serão obrigadas a apresentar o Certificado de Regularidade Sindical do sindicato de sua origem, devidamente averbada no SEAC-AM.

Parágrafo Único - A empresa que, nos processos licitatórios, deixar de apresentar o Certificado de Regularidade Sindical, poderá ter a sua habilitação impugnada, por qualquer licitante, suscitando a superveniência desse fato caracterizador do inadimplemento de obrigações sindicais.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DA DISTRIBUIÇÃO DAS CÓPIAS DA CCT

Por esta cláusula, todos os trabalhadores pertencentes à categoria profissional beneficiada por esta Convenção, sindicalizados ou não, bem como, todos os empresários, ou quem que tiver qualquer interesse nesta Convenção Coletiva de Trabalho, poderão ter acesso a cópia da mesma, para ciência inequívoca dos direitos, benefícios e deveres nela contidos, desde que recolham a taxa estipulada em R$ 100,00 (cem reais) em favor do SEAC-AM, através de boleto próprio, devidamente pagos, na própria sede do SEAC-AM.

Parágrafo Primeiro: Só será considerada autêntica a cópia da CCT efetuadas pelo SEAC-AM, que a avalizará através de chancela própria, com a assinatura do Diretor-Presidente ou Diretora Executiva, do SEAC-AM, sendo expressamente proibida qualquer outra forma de reprodução e, portanto, inválida aos fins de direito, as cópias obtidas por meio diverso.

Parágrafo Segundo: Considerando o previsto no art. 611-A da CLT, prevalecerão sobre a lei todos os pontos objetos de Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho.

Outras disposições sobre representação e organização

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - ENCERRAMENTO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS/DEMISSÃO/DATA BASE

As empresas que demitirem os empregados em razão do encerramento de contrato de prestação de serviços com o tomador, no mês anterior à data base, estão isentas do pagamento da multa prevista na Lei nº 7.238/84, artigo 9º, considerando ser esse motivo ser superveniente e alheio à vontade do Empregador.

Folhas nº 780

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - ACORDO COLETIVO

Os Acordos Coletivos de Trabalho firmados a partir desta data, para ter validade e eficácia, não poderão conter previsões que reduzam os direitos assegurados em lei e/ou na presente Convenção Coletiva de Trabalho e deverão ter anuência e assinatura conjunta do Sindicato Patronal e do Sindicato Laboral.

Disposições Gerais

Regras para a Negociação

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - DA COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

Por este instrumento de negociação coletiva, os Sindicatos Convenentes mantém a Comissão de Conciliação Prévia, instituída em CCT anterior. A Comissão de Conciliação Prévia Sindical, com a atribuição de tentar conciliar os conflitos individuais do trabalho de integrantes da categoria profissional com as empresas deste setor econômico, nos termos da lei n.º 9.958, de 12 de janeiro de 2.000, a qual se regerá pelos termos e condições que se seguem:

Parágrafo Primeiro: A Comissão constituída iniciará suas atividades na data de 21 de maio de 2008 (21/5/2008) e será, obrigatoriamente, composta por 01 (um) representante do sindicato laboral, 01 (um) representante do sindicato patronal e 01 (um) escrivão, os quais deverão estar presentes a todas as reuniões/audiências de conciliação, sob pena de nulidade absoluta destas.

Parágrafo Segundo: Cabe aos Sindicatos Convenentes indicar os seus representantes titulares e igual número de suplentes, que poderão pertencer às diretorias ou, desde que prévia e formalmente aceito pela outra parte, a órgãos internos do sindicato ou ainda pessoas externas ao funcionamento dos Sindicatos Convenentes.

Parágrafo Terceiro: Poderão os Sindicatos Convenentes substituir, a qualquer tempo, qualquer dos membros indicados (prepostos), com comunicação formal ao outro sindicato e a todos os membros da Comissão da localidade, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Quarto: Aos prepostos dos Sindicatos Convenentes ficam asseguradas as garantias pessoais que já possuam, inerentes ao mandado do seu cargo sindical, nada se acrescendo em termos de garantias ou direitos trabalhistas por conta da participação que venha a ter na Comissão de Conciliação Prévia Sindical.

Parágrafo Quinto: É vedada a participação em processo de conciliação de membro da Comissão pertencente à empresa envolvida.

Parágrafo Sexto: O membro da Comissão que se encontre no exercício regular de sua função desenvolverá seu trabalho normal na empresa, afastando-se de suas atividades apenas quando convocado para atuar como conciliador, sendo computado como tempo de trabalho efetivo o despendido nessa atividade.

Parágrafo Sétimo: A Comissão funcionará nas instalações do Sindicato Profissional ou em outro local que as partes venham deliberar e terão as suas despesas específicas, necessárias para o seu funcionamento, arcadas paritariamente mediante orçamento trimestral, explanando-se que:

Folhas nº 782 Andrew

I - Relacionam-se como despesas necessárias e específicas para o funcionamento da Comissão, sem pretender-se esgotar ou restringir, a título exemplificativo: material de expediente, secretária, xerox, equipamentos de escritório, aluguel de instalação e outras despesas;

II - O orçamento trimestral deverá ser elaborado e aprovado pelas diretorias dos Sindicatos Convenentes, no prazo de 10 (dez) dias, a contar do arquivamento da presente CCT.

III - Até o fim do segundo mês de cada trimestre deverá ser elaborada pelos membros titulares da Comissão uma proposta orçamentária para o trimestre seguinte e obtida a aprovação de ambas as diretorias dos Sindicatos Convenentes, sob pena de suspensão dos trabalhos da Comissão, até que se tenha aprovado o orçamento;

IV - A execução financeira caberá a cada Sindicato Convenente conforme a parte que lhe cabe no orçamento aprovado;

V - A prestação mensal de contas de qualquer valor gasto em função dos trabalhos da Comissão deverá ser consubstanciada em relatório assinado pela totalidade dos membros titulares e encaminhado, o original, para a diretoria de origem dos recursos bem como cópia para a outra diretoria, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte;

VI - Junto com a prestação de contas deverá a Comissão informar os dados estatísticos de sua atuação, entre eles: entradas de solicitação de conciliação, atendimentos com êxito, atendimentos sem êxito, solicitações de andamento, etc.

Parágrafo Oitavo: A Comissão funcionará de segunda à quinta-feira, das 08h30min às 12h00min e de 13h00min às 16h00min, devendo as partes interessadas, convocar a audiência, com antecedência

mínima de 72 (setenta e duas) horas, garantindo-se que para esta convocação bastará que a empresa ou o empregado, bem como seu representante, legalmente constituído, encaminhe, por qualquer meio, solicitação para a sua realização.

Parágrafo Nono: As reuniões/audiências conciliatórias obedecerão à ordem cronológica das solicitações podendo, quando necessário, serem realizadas audiências extraordinárias visando o descongestionamento de eventuais acúmulos de solicitações e de acordo com a demanda apresentada.

I - Na hipótese de ser provocada, a Comissão de Conciliação Prévia, por iniciativa da empresa e esta não comparecer rigorosamente na data e no horário previamente marcado, será cobrada uma multa de 30 % (trinta por cento) do piso da categoria que será revertida para as despesas administrativas da Comissão.

Parágrafo Décimo: Toda e qualquer controvérsia de natureza trabalhista será submetida à Comissão de Conciliação Prévia e o processo de conciliação observará os seguintes procedimentos e condições:

I - A demanda será formulada por escrito pelo interessado na secretaria do Sindicato Profissional ou reduzida a termo por qualquer dos membros da Comissão, ocasião em que o interessado terá conhecimento e dará ciência da data/hora prevista para a reunião/audiência de conciliação, nunca num prazo superior a 10 (dez) dias;

II - Compete à secretaria do Sindicato Profissional dar ciência a todos os outros interessados com pelo menos 3 (três) dias úteis de antecedência, da data/hora prevista para a reunião/audiência de conciliação, formalmente encaminhando cópia do processo;

III - Aceita a conciliação, será lavrado termo denominado ATA DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA assinado pelo

empregado, pelo empregador ou seu preposto e pelos membros presentes da comissão, fornecendo-se cópia às partes;

IV - Não logrando êxito a conciliação, será fornecida ao empregado e ao empregador declaração da tentativa conciliatória frustrada (ATA DE AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA NEGATIVA) com a descrição de seu objeto, firmada pelos membros presentes da comissão, que deverá ser juntada à eventual Reclamação Trabalhista, conforme determinação legal;

V - Fica certo e entendido que o termo de conciliação é título executivo extrajudicial e terá eficácia liberatória geral, exceto quanto a parcelas expressamente ressalvadas.

Parágrafo Décimo Primeiro: A empresa será representada, nas audiências conciliatórias, através do proprietário ou do preposto, devidamente acompanhado da carta de preposição e do contrato social da empresa.

Parágrafo Décimo Segundo: O(s) trabalhador(es) deverá(ão) apresentar-se para as audiências munido(s) de sua Carteira de Trabalho e de sua Carteira de Identidade, bem como da confirmação de solicitação de audiência de conciliação e devidamente acompanhado do representante da categoria laboral ou de advogado de sua confiança.

Parágrafo Décimo Terceiro: Aplica-se à Comissão de Conciliação Prévia, criada nesta convenção, no que couber, as disposições previstas na CLT, jurisprudência e doutrina trabalhista, especialmente no que concerne ao INADIMPLEMENTO das obrigações oriundas de conciliação e acordos, desde que observados os princípios de paridade e negociação coletiva na sua constituição.

Parágrafo Décimo Quarto: Os acordos, quando não cumpridos, firmados perante esta Comissão,

serão devidamente EXECUTADOS, de acordo com a legislação trabalhista vigente.

Parágrafo Décimo Quinto: É competente, para a execução de título executivo extrajudicial, o juízo que originariamente tem competência para o processo de conhecimento relativo a matéria.

Parágrafo Décimo Sexto: Aos fins de custeio da atividade e funcionamento da Comissão, e de modo a preservar e manter a qualidade dos serviços, as empresas que demandarem ou forem demandadas, havendo acordo ou não, recolherão para a Comissão a taxa de R$ 200,00 (duzentos reais), pagos na oportunidade da audiência, diretamente à Secretaria da Comissão.

I - As empresas associadas ao sindicato que estiverem rigorosamente em dia com todas as suas obrigações e contribuições sindicais, farão jus a desconto de 50% (cinqüenta por cento) do valor acima mencionado.

II - Os valores estabelecidos neste parágrafo, quando inadimplidos, poderão ser objeto de cobrança executiva na Justiça do Trabalho.

Aplicação do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - COMISSÃO DE AUTOCONSTATAÇÃO DE CONVEÇÃO - CAC

Em virtude do interesse de garantir o fiel cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária e deste documento junto a opinião pública, aos Tomadores de Serviços e às Autoridades Públicas e Privadas, de todas as esferas, especialmente as responsáveis pela preservação da regularidade

das relações trabalhistas e previdenciárias, não só pela submissão à obrigatoriedade legal, mas, também, para elidir de vez com o estigma de mau empregador e mau contribuinte que o setor ainda alimenta no seio da sociedade, as partes acordam pela criação da autofiscalização do setor, nos seguintes termos:

I - fica constituída uma comissão de dois membros indicados pelo Sindicato Patronal, sendo um titulare e um suplente, e de igual número de membros indicados pelo Sindicato Profissional, para definir, planejar, executar, controlar e resolver todos os assuntos pertinentes à matéria, de acordo com os princípios neste documento, pelo voto da maioria de seus membros titulares, reunindo-se, no mínimo, uma vez por mês;

II - cabe à Comissão de Autofiscalização, essencialmente, a apuração de fatos que desabonem ou possam vir a desabonar o setor, no que se refere ao cumprimento pelas empresas, pelos profissionais da categoria e pelos contratantes dos serviços, da Legislação Trabalhista, Previdenciária, Fundiária, a específica do setor e das convenções e acordos firmados entre as partes, sejam eles de direito público ou privado;

III - compete à Comissão de Autofiscalização: receber denúncia; realizar buscas; visitar as empresas e os locais de execução dos serviços, observada comunicação prévia com sete dias; requerer informações e documentos, mediante o prazo de sete dias; ter acesso aos documentos inerentes ao objeto da presente cláusula; consultar órgãos e valer-se de outros meios legais para obtenção de dados que possam ser de seu interesse; formalizar o resultado de seu trabalho, de modo que seja decidido em conjunto as providências a serem tomadas, entre elas, mas sem se restringir, a aplicação de multas com base neste documento e a denúncia às autoridades constituídas pertinentes às matérias.

PARÁGRAFO ÚNICO - Obriga-se o Sindicato que tenha conhecimento de irregularidade ou fato

inerente ou objeto de apuração através da cláusula em questão, a notificar o outro no prazo máximo de dois dias úteis, sob pena de multa, independentemente de toda e qualquer providência que venha a tomar, a qual, no mesmo prazo e com a mesma cominação, deverá ser igualmente cientificada.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - DA MULTA

Entidades convenentes acordam em estabelecer a multa de 1/3 (um terço) do salário mínimo da CCT vigente, por trabalhador, em caso de descumprimento de qualquer das cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho em vigência, em caso de reincidência fica estipulado ½ salário mínimo da categoria, por trabalhador. revertendo-se a mesma em favor da parte a quem a infringência prejudicar, independentemente das punições de ordem administrativas impostas pela fiscalização do Ministério do Trabalho.

Outras Disposições

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - DO OBJETIVO

Esta Convenção Coletiva de Trabalho, firmada nos termos do art. 611 da CLT e demais legislação pertinente, tem por finalidade a estipulação de condições especiais de trabalho, aplicáveis no âmbito das respectivas representações, regulando as relações individuais de trabalho, mantidas entre as Empresas

de Asseio e Conservação e seus respectivos empregados, bem como, ainda, a concessão de aumentos de salários e demais benefícios, na forma pactuada nas cláusulas abaixo, que as convenentes, reciprocamente, aceitam e outorgam.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - DOS BENEFICIARIOS

São beneficiários deste negócio jurídico todos os empregados abrangidos nas representações sindicais, na base territorial do Sindicato dos Empregados e, por extensão, para todo o Estado do Amazonas, por delegação de poderes das entidades hierarquicamente superiores, na conformidade do disposto no art. 611 da CLT, e que trabalham para as Empresas cuja classe econômica é representada pelo Sindicato Convenente.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Esta Convenção Coletiva de Trabalho, está sendo lavrada em 03 (três) vias, extraindo-se lhes tantas cópias quantas forem necessárias para arquivo e uso dos Convenentes, uma das quais será depositada na Delegacia Regional do Trabalho e Emprego no Amazonas SRTE/AM, para fins de registro, como ordena o Parágrafo Único do artigo 614 da CLT.

E por estarem assim justos e contratados, assinam os Convenentes por seus representantes legais, a presente Convenção Coletiva de Trabalho, assistidos por seus respectivos advogados, para que produza

os seus jurídicos e legais efeitos.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - TABELA DE ENCARGOS SOCIAIS

Visando assegurar a exequibilidade dos contratos, prestados pelas empresas, e concomitante adimplência aos Encargos Sociais e Trabalhistas, fica convencionado que as empresas assistidas por esta CCT, na elaboração de propostas de preços, deverão praticar o percentual mínimo de Encargos Sociais e Trabalhistas de 81,98% (oitenta e um vírgula noventa e oito por cento), para a carga horária de segunda a sexta-feira, 81,86% (oitenta e um vírgula oitenta e seis por cento) para carga horária de segunda a sábado e 82,27% (oitenta e dois vírgula vinte e sete por cento) para carga horária 12x36, conforme abaixo:

GRUPO "A" - CUSTO DOS ENCARGOS SOCIAIS	2ª a 6ª 40 horas	2ª a Sábado 44 horas	12 x 36	Fundamentação Legal
INSS	20,00%	20,00%	20,00%	Artigo 22 Inciso I Lei 8.212/91
FGTS	8,00%	8,00%	8,00%	Artigo 15 Lei 8036/90 e Art. 7º Inciso III CF/88
SESC	1,50%	1,50%	1,50%	Decreto 61.836/67
SENAC	1,00%	1,00%	1,00%	Decreto 61.843/67
SEBRAE	0,60%	0,60%	0,60%	Decreto 99.570/90
INCRA	0,20%	0,20%	0,20%	Lei 7787 de 30/06/89 e DL 1146/70
SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	2,50%	2,50%	Artigo 3º Inciso I Decreto 87.043/82
RISCOS AMBIENTAIS DO	3,00%	3,00%	3,00%	Decreto 6.042/2007 CNAE 8121/00

TRABALHO				**LEI 10.666/2003**
TOTAL DO GRUPO "A"	**36,80%**	**36,80%**	**36,80%**	
GRUPO "B" - CUSTOS DAS SUBSTITUIÇÕES	**2ª a 6ª 40 horas**	**2ª a Sábado 44 horas**	**12 x 36**	**Fundamentação Legal**
FÉRIAS GOZADAS	**8,25%**	**8,24%**	**8,27%**	**Artigo 142º DL 5.542/42 e Art 7 CF Inc XVII**
AUXÍLIO DOENÇA	**2,69%**	**2,68%**	**2,69%**	**Artigo 18 Lei 8.212/91 e artigo 476 CLT**
AFASTAMENTOS MAIS DE 15 DIAS	**0,13%**	**0,13%**	**0,13%**	**Artigo 18 Lei 8.212/91 e artigo 476 CLT**
LICENÇA PATERNIDADE	**0,01%**	**0,01%**	**0,01%**	**Lei 13.527/2016**
ACIDENTE DE TRABALHO	**0,01%**	**0,01%**	**0,01%**	**Lei 6.367/76 e Artigo 476 da CLT**
FALTAS LEGAIS	**0,76%**	**0,76%**	**0,76%**	**Artigo 473 e 822 da CLT**
TREINAMENTO	**0,39%**	**0,33%**	**0,54%**	**IN 05 do MET e Item XXII da CF/88**
Total do Grupo	**12,24%**	**12,16%**	**12,41%**	
GRUPO "C" - CUSTOS DAS INDENIZAÇÕES	**2ª a 6ª 40 horas**	**2ª a Sábado 44 horas**	**12 x 36**	**Fundamentação Legal**
1/3 CONSTITUCIONAIS DE FÉRIAS	**2,75%**	**2,75%**	**2,76%**	**Artigo 7, Inciso XVII CF/88**
13º SALÁRIO	**9,34%**	**9,33%**	**9,35%**	**Lei 4090/62 Inciso VIII Art. 7 CF 88**
AVISO PRÉVIO TRABALHADO	**0,14%**	**0,14%**	**0,14%**	**CLT Artigo 488 § Único e Artigo 7 Inciso XXI da CF/88**
Total do Grupo	**12,23%**	**12,22%**	**12,25%**	

GRUPO "D" - CUSTO DAS RESCISÕES	**2ª a 6ª 40 horas**	**2ª a Sábado 44 horas**	**12 x 36**	**Fundamentação Legal**
AVISO PRÉVIO INDENIZADO	**3,52%**	**3,52%**	**3,53%**	**Artigo 487 CLT e Inciso XXI do Artigo 7º CF/88**
COMPLEMENTO AVISO PRÉVIO	**0,82%**	**0,82%**	**0,82%**	**Lei 12.506 de 13 de outubro de 2011.**
REFLEXOS 13º SAL. E FÉRIAS	**0,84%**	**0,84%**	**0,85%**	**IN SRT 15 de 14 de julho de 2010.**
INDENIZAÇÃO COMPENSATÓRIA	**4,01%**	**4,01%**	**4,02%**	**Artigo 487CLT e Art. 10 Inciso I Disp.Trans.CF/88**
INDENIZAÇÃO ADICIONAL	**0,52%**	**0,52%**	**0,52%**	**Artigo 9º 7.238/84**
FÉRIAS INDENIZADAS	**0,84%**	**0,84%**	**0,84%**	**Artigo 146 e § Único**
ADICIONAL DE FÉRIAS INDENIZADAS	**0,28%**	**0,28%**	**0,28%**	**Artigo 7 item XVII CF/88 - SUMULA 328/TST**
Total do Grupo	**10,83%**	**10,83%**	**10,86%**	
Grupo "E" - CUSTOS COMPLEMENTARES	**2ª a 6ª 40 horas**	**2ª a Sábado 44 horas**	**12 x 36**	**Fundamentação Legal**
ABONO PECUNIÁRIO	**0,26%**	**0,26%**	**0,26%**	**Artigo 143 CLT**
1/3 CONST. ABONO PECUNIÁRIO	**0,09%**	**0,09%**	**0,09%**	**Artigo 7 item XVII CF/88 - SUMULA 328/TST**

TOTAL DO GRUPO	**0,35%**	**0,35%**	**0,35%**	
GRUPO "F" CUSTO DAS INCIDÊNCIAS	**2ª a 6ª** **40 horas**	**2ª a Sábado** **44 horas**	**12 x 36**	**Fundamentação Legal**
FGTS S/ AVISO PRÉVIO INDENIZADO	**0,35%**	**0,35%**	**0,35%**	**Sumula 305 TST**
INCIDÊNCIAS SALÁRIO MATERNIDADE	**0,15%**	**0,15%**	**0,15%**	**Artigo 58 DA IN 971 Previdência**
FGTS 1/12 13º SALÁRIO INDENIZADO	**0,03%**	**0,03%**	**0,03%**	**IN 99 M.T.E. artigo 8 item XIII**
INCIDÊNCIA GRUPO "A" S/ GRUPO "B" + "C"	**9,00%**	**8,97%**	**9,07%**	**Artigo 28º Lei 8.212/91**
TOTAL DO GRUPO	**9,53%**	**9,50%**	**9,60%**	
TOTAL DOS ENCARGOS	**81,98%**	**81,86%**	**82,27%**	

BENILSON CAVALCANTE HIPOLITO
Presidente
SINDICATO DOS EMP.EM EMP.DE ASSEIO E CONS. DO EST.DO AM

LUIZ RODRIGUES COELHO FILHO
Presidente

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DO AMAZONAS

ANEXOS
ANEXO I - ATA DE ASSEMBLEIA GERAL

Anexo (PDF)

ANEXO II - LISTA DE PRESENÇA

Anexo (PDF)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço http://www.mte.gov.br.

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS

CNPJ Nº 23.006.562/0001-48

SEEACEAM Rua Luiz Antony, 834 - Centro - Fone 3234-2239 / 3232-1881

Seac Amazonas

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS SINDICAL

CNDS Nº **00003/2022**

Vencimento: **10/09/2022**

CADASTRO Nº	000687		
ASSOCIADO	OURO PRETO SERVICOS DE CONSERVACAO LTDA		
ENDEREÇO	RUA SALVADOR , 120 SALA 1208		
C E P	69093-149	CIDADE/UF	MANAUS
C N P J Nº	07.025.586/0001-98		

Certificamos que a empresa acima identificada encontra-se em situação regular com relação a Contribuição Sindical.

Manaus, quinta-feira, 11 de agosto

Contribuição Sindical

Ressalvas

SEAC/AM - Sind. das Emp. de Asseio Conse. do Estado do Amazonas

Nelma dos Reis
Diretora Executiva

Carimbo e Assinatura - SEEACEAM

Carimbo e Assinatura - SEAC

VÁLIDA POR 30 (TRINTA)DIAS, SEM RASURAS E NO ORIGINAL

A SEEACEAM PODERÁ COBRAR DÍVIDAS POSTERIORMENTE E CONSTATADAS MESMO REFERENTE A PERÍODOS NESTA CERTIDÃO COMPREENDIDOS.

VÁLIDA SOMENTE COM A MARCA D'AGUA E ASSINATURAS DOS SINDICATOS

Controle:

Folhas nº 232

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Credenciamento

Dados do Fornecedor

CNPJ: 07.025.586/0001-98 DUNS®: 898012209
Razão Social: OURO PRETO SERVICOS DE CONSERVACAO LTDA.
Nome Fantasia: OURO PRETO CONSERVACAO E LIMPEZA
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 07/07/2023

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

Dados do Fornecedor

Porte da Empresa: Demais
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA MEI: Não
Capital Social: R$ 3.000.000,00 Data de Abertura da Empresa: 22/09/2004
CNAE Primário: 8121-4/00 - LIMPEZA EM PRÉDIOS E EM DOMICÍLIOS

CNAE Secundário 1: 3314-7/07 - MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS E
CNAE Secundário 2: 4330-4/04 - SERVIÇOS DE PINTURA DE EDIFÍCIOS EM GERAL
CNAE Secundário 3: 4923-0/02 - SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCAÇÃO DE
CNAE Secundário 4: 7711-0/00 - LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR
CNAE Secundário 5: 7810-8/00 - SELEÇÃO E AGENCIAMENTO DE MÃO-DE-OBRA
CNAE Secundário 6: 8129-0/00 - ATIVIDADES DE LIMPEZA NÃO ESPECIFICADAS
CNAE Secundário 7: 8130-3/00 - ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS

Dados para Contato

CEP: 69.058-278
Endereço: RUA RAIMUNDO MARINHO, 4 - QD-A1G AS FLAMBOYANT - NOVO
Município / UF: Manaus / Amazonas
Telefone: (92) 91062261
E-mail: OUROPRETOSERVICOS@HOTMAIL.COM

Dados do Responsável Legal

CPF: [redacted]
Nome: LIDIANE LIMA DE OLIVEIRA

Folhas nº 736

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	07.025.586/0001-98	DUNS®:	898012209
Razão Social:	OURO PRETO SERVICOS DE CONSERVACAO LTDA.		
Nome Fantasia:	OURO PRETO CONSERVACAO E LIMPEZA		
Situação do Fornecedor:	Credenciado	Data de Vencimento do Cadastro:	07/07/2023
Natureza Jurídica:	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA		
MEI:	Não		
Porte da Empresa:	Demais		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	Nada Consta
Impedimento de Licitar:	Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas:	Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público":	Nada Consta

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	09/11/2022
FGTS	Validade:	28/08/2022
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	08/02/2023

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	19/08/2022
Receita Municipal	Validade:	19/09/2022

VI - Qualificação Econômico-Financeira

	Validade:	31/05/2023

CPF: [redacted] Nome: MOACIR BARBOSA SOARES
Ass: _____

Folhas nº 737 Andreu

Dados do Responsável pelo Cadastro

CPF: [redacted]
Nome: LIDIANE LIMA DE OLIVEIRA
E-mail: ouropretoservicos@hotmail.com

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CPF: [redacted] Participação Societária: 98,00%
Nome: LIDIANE LIMA DE OLIVEIRA
Número do Documento: [redacted] Órgão Expedidor: SSPAM
Data de Expedição: 21/10/2013 Data de Nascimento: 20/01/1984
Filiação Materna: MARIA DA PAZ LIMA
Estado Civil: Solteiro(a)
CEP: 69.058-160
Endereço: CONJUNTO SAO JUDAS TADEU, 699 - 101 - FLORES
Município / UF: Manaus / Amazonas
Telefone: (92) 94026989
E-mail: [redacted]@hotmail.com

Dados do Sócio/Administrador 2

CPF: [redacted] Participação Societária: 2,00%
Nome: FRANKLIN FERNANDES DA SILVA FILHO
Número do Documento: [redacted] Órgão Expedidor: SSP/AM
Data de Expedição: 13/01/2016 Data de Nascimento: 05/09/2001
Filiação Materna: LIDIANE LIMA DE OLIVEIRA
Estado Civil: Solteiro(a)
CEP: 69.058-160
Endereço: CONJUNTO SAO JUDAS TADEU, 699 - BL 16 A APTO 101 - FLORES
Município / UF: Manaus / Amazonas
Telefone: (00) 00000000
E-mail: comercial.ouropretoservicos@hotmail.com

Linhas Fornecimento

Materiais

1040 - ARMAMENTO E EQUIPAMENTOS DE GUERRA QUÍMICA
1075 - EQUIPAMENTOS DE DESMAGNETIZAÇÃO E DE VARREDURA DE MINAS
1080 - EQUIPAMENTOS DE CAMUFLAGEM E DE DISSIMULAÇÃO
1240 - EQUIPAMENTOS ÓTICOS DE VISADA E MEDIÇÃO DE DISTÂNCIA
1290 - EQUIPAMENTOS DIVERSOS DE CONTROLE DE TIRO
1367 - CONJUNTOS E EQUIPAMENTOS TÁTICOS
1385 - EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS PARA MANUSEIO DE EXPLOSIVO NA SUPERFÍCIE
1386 - EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS PARA MANUSEIO DE EXPLOSIVO SUB-MERSO

Folhas nº 4738

Materiais

1398 - EQUIPAMENTOS ESPECIALIZADOS PARA MANUSEIO E CONSERVACAO DE MUNICAO

1660 - EQUIPAMENTOS DE AR CONCICIONADO, AQUECIMENTO E PRESSURIZAÇÃODE AERONAVES

1670 - PÁRA-QUEDAS,SISTEMAS DE COLETA, LANÇAMENTO E RESGATE AÉREO E EQUIPAMENTOS DE AMARRAÇÃO DE CARGAS

1710 - EQUIPAMENTOS PARA POUSO DE AERONAVES

1720 - EQUIPAMENTOS PARA LANÇAMENTO D' AERONAVES

1730 - EQUIPAMENTOS DE SERVIÇOS EM TERRA DE AERONAVES

1850 - EQUIPAMENTOS DE SERVIÇOS E MANUSEIO DE VEÍCULOS ESPACIAIS

1860 - EQUIPAMENTOS DE SOBREVIVÊNCIA ESPACIAL

2010 - EQUIPAMENTOS DE PROPULSÃO DE NAVIOS E EMBARCAÇÕES

2020 - CORDAMES E EQUIPAMENTOS CORRELATOS

2090 - EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA NAVIOS E MARINHARIA

3040 - EQUIPAMENTOS DIVERSOS DE TRANSMISSÃO DE FORÇA

3426 - EQUIPAMENTOS PARA ACABAMENTO INDUSTRIAL

3438 - EQUIPAMENTOS DIVERSOS DE SOLDA

3510 - EQUIPAMENTOS DE LAVANDERIA E TINTURARIA A SECO

3520 - EQUIPAMENTOS PARA CONSERTO DE CALÇADOS

3590 - EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA SERVIÇOS PROFISSIONAIS E COMERCIAIS

3605 - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA PRODUTOS ALIMENTÍCIOS

3680 - MÁQUINAS PARA FUNDIÇÃO, FORJAMENTO E SUPRIMENTOS CORRELATOS

3685 - MÁQUINAS ESPECIALIZADAS PARA FABRICAÇÃO DE RECIPIENTES METÁLICOS E EQUIPAMENTOS CORRELATOS

3690 - MÁQUINARIA ESPECIALIZADA PARA ARMAMENTO E MUNIÇÃO E EQUIPAMENTOS CORRELATOS

3694 - EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES PARA SANEAMENTO AMBIENTAL

3805 - EQUIPAMENTOS PARA MOVIMENTAÇÃO E ESCAVAÇÃO DE TERRA

3820 - EQUIPAMENTOS PARA MINERAÇÃO, PULVERIZAÇÃO DE ROCHAS, TERRA E CORRELATOS

3825 - EQUIPAMENTO DE DESOBSTRUÇÃO E LIMPEZA DE ENTRADAS

3895 - EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO

3915 - EQUIPAMENTOS ALIMENTADORES DE MATERIAIS DIVERSOS

3920 - EQUIPAMENTOS NÃO AUTOPROPULSIONADOS PARA MOVIMENTAÇÃO DE MATERIAIS

3990 - EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA MOVIMENTAÇÃO DE MATERIAIS

4130 - COMPONENTES DE EQUIPAMENTOS PARA REFRIGERAÇÃO E AR CONDICIONADO

4210 - EQUIPAMENTOS DE COMBATE A INCÊNDIO

4235 - RECIPIENTES PARA COLETA DE MATERIAIS PERIGOSOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE LIMPEZA

4460 - EQUIPAMENTOS PARA PURIFICAÇÃO DE ÁGUA

4520 - EQUIPAMENTOS PARA CALEFAÇÃO E APARELHOS DOMÉSTICOS DE ÁGUA

4530 - EQUIPAMENTOS PARA QUEIMA DE COMBUSTÍVEL

4540 - EQUIPAMENTOS DIVERSOS DE TUBULAÇÕES, SANITÁRIASE DE CALEFAÇÃO

4610 - EQUIPAMENTOS PARA FABRICAÇÃO DE PAPEL

4620 - EQUIPAMENTOS PARA DESTILAÇÃO E REFINAÇÃO PARA USO MARÍTIMO E INDUSTRIAL

4630 - EQUIPAMENTOS PARA TRABALHAR COURO

Fls. nº 739

Materiais

5440 - EQUIPAMENTOS PARA MONTAGEM [illegible] FORMAS DE CONCRETO

5810 - EQUIPAMENTOS E COMPONENTES [illegible] DE COMUNICAÇÕES

5811 - OUTROS EQUIPA[illegible] COMPONENTES

5815 - EQUIPAMENTOS DE TELEIPO[illegible]

5820 - EQUIPAMENTOS PARA COMU[illegible] EXCETO OS DE AERONAVES

5821 - EQUIPAMENTOS PARA COMUNICAÇÃO [illegible] E TELEVISÃO, PARA AERONAVES

5825 - EQUIPAMENTOS DE RADIONAVEGAÇÃO [illegible] DE AERONAVES

5826 - EQUIPAMENTOS [illegible] AERONAVES

5835 - EQUIPAMENTOS PARA GRAVAÇÃO [illegible] DE SOM

5836 - EQUIPAMENTOS PARA GRAVAÇÃO [illegible]

5840 - EQUIPAMENTOS DE RADAR, EXCETO OS DE AERONAVES

5841 - EQUIPAMENTOS DE RADAR [illegible]

5845 - EQUIPAMENTOS SUBMARINOS [illegible]

5850 - EQUIPAMENTO[illegible] VISÍVEL E INVISÍVEL

5855 - EQUIPAMENTOS [illegible] RADIAÇÃO EMITIDA E REFLETIDA

5865 - EQUIPAMENTOS PARA CONTRAMEDI[illegible] CONTRA-MEDIDAS E DE CAPACIDADE [illegible]

5895 - EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA COMUNICAÇÕES

5995 - CONJUNTOS DE CABOS, COMPONENTES [illegible] PARA EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÕES

6110 - EQUIPAMENTOS [illegible]

6150 - EQUIPAMENTOS DIVERSOS [illegible] DE ENERGIA

6220 - LUZES E EQUIPAMENTOS DE [illegible] ELÉTRICOS

6230 - EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO [illegible] PORTÁTIL

6260 - EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO [illegible]

6515 - INSTRUMENTOS, EQUIPAMENTOS [illegible] MÉDICOS E CIRÚRGICOS

6520 - INSTRUMENTOS, [illegible] DENTÁRIOS

6525 - EQUIPAMENTOS [illegible] MÉDICO, DENTÁRIO E VETERINÁRIO

6530 - MOBILIÁRIO, EQUIPAMENTOS, [illegible] HOSPITALARES

6540 - EQUIPAMENTOS, INSTRUMENTOS [illegible] OFTALMOLÓGICOS

6635 - EQUIPAMENTOS [illegible]

6636 - CÂMARAS DE CO[illegible] CORRELATOS

6640 - EQUIPAMENTOS [illegible]

6650 - INSTRUMENTOS ÓTICOS, EQUIPAMENTOS [illegible] COMPONENTES E ACESSÓRIOS

7035 - EQUIPAMENTOS SUPORTES DE PROCESSAMENTO [illegible] MÁTICO DE DADOS

7040 - EQUIPAMENTOS DE [illegible]

7042 - DISPOSITIVOS PA[illegible] COMPUTADORES

7310 - EQUIPAMENTOS [illegible] ALIMENTOS

7320 - EQUIPAMENTOS E APA[illegible]

7360 - JOGOS, CONJUNTOS E EQUIPAMENTOS [illegible] E SERVIR ALIMENTOS

7435 - EQUIPAMENTOS DE SISTEMA [illegible] ESCRITÓRIO

7930 - COMPOSTOS E PREPARA[illegible]

8465 - EQUIPAMENTOS [illegible]

9925 - EQUIPAMENTOS [illegible]

Folhas nº 1740

Materiais

9930 - EQUIPAMENTOS

Serviços

1023 - Análise Dinâmica de Bases de

1210 - Inspeções e Testes em Materiais

1228 - Inspeções e Testes em Equipamentos

1961 - Instalação e Montagem

1970 - Instalação / Mont

2178 - Instalação e Montage

2267 - Instalação e Montagem de Equipa

2399 - Manutenção de Equipamentos Hi

2437 - Manutenção de Equipamentos de

2666 - Manutenção de Equipamentos

2674 - Manutenção de Eq

2682 - Manutenção de Equipam

2690 - Manutenção de Equipament s de

2704 - Instalação / Manutenção de Equip Agulha Giroscópica

2712 - Manutenção de Equipamen

2771 - Ar Condicionado - Manuten

2933 - Limpeza Química

2941 - Limpeza de Equipamentos

2950 - Limpeza Mecânica de Equipamentos e T

3433 - Confecção / Colocação / Remo Molde

3522 - Manutenção de Equipamentos

3530 - Informática - Manutenção de Comp

3670 - Manutenção de Eq

4006 - Locação de computadores / P

4014 - Locação de Veículos - Leves / Pesados

4030 - Locação de Máquinas de Escavação /

4049 - Locação Equipamento Elevação /

4065 - Locação de Equipamentos de Telec

4090 - Locação de Máquinas

4251 - Comunicação Telefônica - L

4316 - Locação de Imóvel

4405 - Locação / Manutenção de Equipamento

4413 - Locação de Materiais Permanentes

4723 - Inspeções e Testes em Materiais e

4731 - Inspeções e Testes

5126 - Transporte Rodoviário - Equipamento Controle

5401 - Locação de Equipamento para Tratamento

5479 - Manutenção - Equipamentos Gráficos

5797 - Manutenção em Equipamentos de

7080 - Endoscopia Digestiva Cirúrgica - Colocação por Via Endoscopica

10332 - Radiodiagnóstico

10421 - Radiodiagnóstico - Colocação

Folhas nº 1744
Andreu

Serviços
10570 - Radiodiagnóstico - Tratamento Esclu... Colocação Percutânea de Balao
10685 - Colocação Percutânea de Filtro ...
10693 - Colocação Percutânea de Prótese ...
10707 - Colocação Transcateter de ...
10715 - Colocação Transcateter de Prótese ...
12181 - Cirurgia Pediátrica - Dissecação ... Qt
12556 - Locação de Equipamento Audiovisual ...
12696 - Limpeza / Recuperação de ...
13099 - Locação / Montagem / Desmonta... ... Feira e Exposições
13757 - Instalação / Manutenção ... de Luz / Imagem / Som
13765 - Locação de Equipamento de ...
13773 - Manutenção e Reparo de Equipa...
14044 - Roçada / Limpeza de Área - Mecân...
14206 - Locação de Equipamento d...
14303 - Locação de Equipamento de Micr...
14427 - Aferição, Calibração e Med... ... / Padrões / Equipamentos
14672 - Limpeza Urbana
14699 - Locação de Embarcação Marítima / Flu...
14788 - Locação de Equipamentos para C...
14818 - Locação de Equi...
15350 - Locação VHS / CD / DVD / ...
15741 - Informática - Locação (Software)
15750 - Informática - Locação Equipamentos
16110 - Locação de Tanque Criogênico
16128 - Locação de Cilindro
16446 - Limpeza Aer...
16527 - Limpeza de Fossa / Esgoto / Bo...
17051 - Locação de Louças / Talhe... / Equipa...
17124 - Locação de Artigos de Tecido
17159 - Higienização de Equipamentos
17558 - Avaliação de Máquinas / Equipam...
17612 - Locação Guar...
17744 - Locação / Instalaç... ... de Controle de Velocidade
17876 - Locação de Roupa / Uniforme
17990 - Locação Equipamentos de Inform...
18228 - Locação de Equipamento - Comb...
18236 - Locação de Equipamento - Ven...
18325 - Limpeza Superfic...
18554 - Locação Equipamento / Compu...
19151 - Locação de Equipamento - Ch...
19828 - Locação / Manutenção - Fer...
19836 - Locação / Manutenção - Fe...

Relatório

Serviços

20222 - Locação Equipamento / Médico / Odontológico / Oftalmológico

20265 - Instalação / Manutenção - Equipamento

20460 - Locação de Mesa / Cadeira / Mobiliário

20877 - Locação de Mobiliário Hospitalar

21032 - Prestação de Serviços de Operação

21490 - Locação Equipamento - Tradução Simultânea

21520 - Locação Laboratório

21679 - Locação Gerador Elétrico

21733 - Locação/Manutenção Máquinas

21750 - Locação Equipamento Radiologia

21962 - Locação Transformador Energia

22047 - Locação Planta Ornamental

22063 - Instalação de Máquinas e Equipamentos para Escritório

22110 - Locação Equipamento, Produção

22233 - Locação de Energia Ininterrupta

22306 - Colocação Crédito Máquina

22721 - Locação Sala / Auditório

22730 - Transporte Rodoviário-Mobiliário, Materiais/ItensPessoais

22829 - Locação / Manutenção

22993 - Informática - Suporte

23094 - Manutenção - Equipamento

23116 - Locação Pré-Moldados de Concreto

23167 - Prestação de Serviço de Reprografia - Impressão e Reprodução Cor Preta

23175 - Prestação de Serviço de Reprografia - Impressão e Reprodução Colorida

23329 - Prestação de Serviço de Limpeza - 44 Horas Semanais Diurnas - Produtividade

23345 - Prestação de Serviço de Limpeza - 12 Horas Diurnas - 2º a Domingo - Outra Produtividade

23361 - Prestação de Serviço de Limpeza - 12 Horas Diurnas - 2º a 6º Feira - Outra Produtividade

23370 - Prestação de Serviço de Limpeza - 12 Horas Diurnas-Sáb/Dom e Feriado - Outra Produtividade

23396 - Prestação de Serviço de Limpeza - 12 Horas Noturnas - 2º a Domingo - Outra Produtividade

23400 - Prestação de Serviço de Limpeza - 12 Horas Noturnas - 2º a 6º Feira - Outra Produtividade

23426 - Prestação de Serviço de Limpeza - 12 Horas Noturnas-Sáb/Dom e Feriado-Outra Produtividad

23434 - Prestação de Serviço de Limpeza - 44 Horas Semanais Diurnas-Produtividade 1800 A 2700

23450 - Prestação de Serviço de Limpeza - 12 Horas Diurnas - 2º a Domingo - Outra Produtividade

23477 - Prestação de Serviço de Limpeza - 12 Horas Diurnas - 2º a 6º Feira - Outra Produtividade

23485 - Prestação de Serviço de Limpeza - 12 Horas Diurnas-Sáb/Dom e Feriado - Outra Produtividade

23515 - Prestação de Serviço de Limpeza - 12 Horas Noturnas - 2º a Domingo - Outra Produtividade

Folhas nº 773

Serviços

23523 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação [illegible] 12 Horas Noturnas - 2º a 6º Feira - Outra Produtividade

23540 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação [illegible] 12 Horas Noturnas-Sáb/Dom e Feriado-Outra Produtividade

23566 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação [illegible] Freqüência 16H/Mensal - Produtividade 220 m2

23582 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação [illegible] Freqüência 8H/Semestre - Produtividade 110 m2

23590 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação [illegible] 44 Horas Semanais Diurnas - Produtividade 330 m2

23604 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação [illegible] Horas Diurnas- 2º a Domingo - Outra

23620 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação [illegible] 12 Horas Diurnas-2º a 6º Feira - Outra Produtividade

23639 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação [illegible] Horas Diurnas- Sáb/Dom e Feriado-Outra Produtividade

23655 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação [illegible] 12 Horas Noturnas - 2º a Domingo-Outra Produtividade

23671 - Prestação de Serviço [illegible] Horas Noturnas-2º a 6º Feira-Outra Produtividade

23680 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação [illegible] Horas Noturnas- Sáb/Dom/Feriado-Outra Produtividade

24023 - Prestação de Serviço de Limpeza [illegible] Necessidades

24031 - Prestação de Serviço de Limpeza [illegible] 44 Horas Semanais Diurnas - Outra Produtividade

24040 - Prestação de Serviço [illegible] 44 Horas Semanais Diurnas - Outra Produtividade

24058 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação [illegible] Freqüência 16H/Mensal - Outra Produtividade

24066 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação [illegible] Freqüência 8H/Semestre - Outra Produtividade

24074 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação [illegible] 44 Horas Semanais Diurnas - Outra Produtividade

24090 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação [illegible] Necessidades - Outra Produtividade

24104 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação [illegible] Necessidades.

24112 - Prestação de Serviço de Limpeza [illegible] Horas Necessidades - Outra Produtividade

24120 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação [illegible] Horas Necessidades - Outra Produtividade

24139 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação [illegible] Horas Necessidades - Outra Produtividade

24414 - Serviço de locação de material [illegible]

24546 - Manutenção Equipamentos [illegible]

24554 - Manutenção Equipamentos Diversos

24570 - Manutenção - Equipamentos de Escritório

24589 - Locação [illegible]

24600 - Locação Sondas e Plataformas - Terrestres

25089 - Locação de Veículos - Leves [illegible]

25178 - Limpeza em Aparelho de [illegible] Desoxidante.

25194 - Serviço Especializado de Limpeza

CPF: [redacted]

Folhas nº 744

Serviços

25429 - Locação Vaga Estacionamento / [illegible]

25461 - Locação de Compressor de [illegible]

25488 - Aluguel de Equipamentos [illegible]

Folhas nº 745

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados disponibilizados pelos órgãos participantes. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do órgão ou entidade cadastrador consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é obtida do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 12/08/2022 11:46:

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **OURO PRETO SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO LTDA.**
CNPJ: **07.025.586/0001-98**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão consultado, clique aqui.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão consultado, clique aqui.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão consultado, clique aqui.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão consultado, clique aqui.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica não substitui as consultas de habilitação e

Folhas nº 796

racionalização de serviços públicos e gratuidade [illegible] de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, [illegible] de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15 de janeiro de 2016

Folha nº 797
Andrew

EMPRESA JASMINE RODRIGUES MACEDO

Consulta

Consultar Situação do Fornecedor

Pesquisar Fornecedor

Tipo de Pessoa

( ) Pessoa Jurídica ( ) Pessoa Física ( ) Estrangeiro

CPF

Nome

PESQUISAR

REALIZAR NOVA PESQUISA

Folhas nº 748

Folhas nº 749

Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (05/09/2022 às 11:20) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº [redacted]

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6316.05A9.7E66.D625 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

Folhas nº 750

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **LIDIANE LIMA DE OLIVEIRA**

CPF/CNPJ: [redacted]

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 11:22:28 do dia 05/09/2022, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5

Código de controle da certidão: CWT405092211222B

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Folha nº 751

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **LIDIANE LIMA DE OLIVEIRA**

CPF/CNPJ: [redacted]

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 11:22:28 do dia 05/09/2022, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas poderá ser confirmadas no sitio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:1

Código de controle da certidão: CWT405092212228

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: [redacted]

LIMPAR

Data da consulta: 05/09/2022 10:24:44
Data da última atualização: 03/09/2022 10:15:06

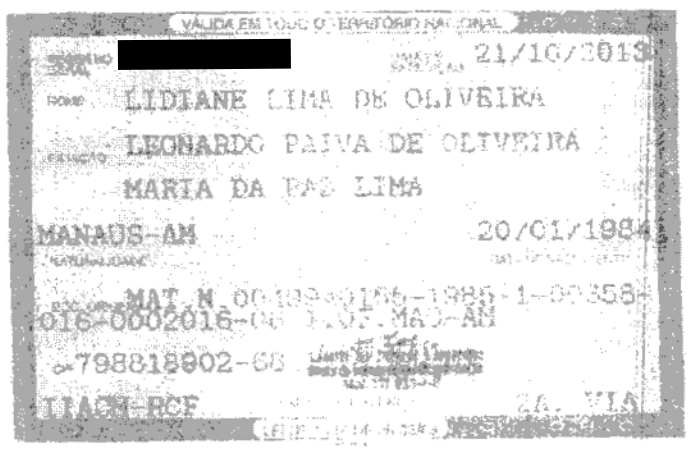
Clique aqui para efetuar a consulta

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	QUANTIDADE

Nenhum registro encontrado


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
CARTEIRA

FOLHA Nº 154
Andrew



Folhas nº 755

[redacted]

Nome
FRANKLIN FERNANDES DA SILVA FILHO

Nascimento
[redacted]

Filiação
[redacted]

[redacted]

[redacted]

[redacted]

Educação

Manaus

- **Valor Global Contratado para 180** (cento e oitenta) dias: R$ 12.682.620,00 (Doze Milhões, Seiscentos e Oitenta e Dois Mil, Seiscentos e Vinte Reais)

1.2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS:

- **Quantidade Mensal Contratada.**

LOTE 1- UNIDADES ESCOLARES					
DESCRIÇÃO	TIPO DE ÁREA	QUANTIDADE DE M² (MENSAL)	JORNADA DE TRABALHO	PRODUTIVIDADE MENSAL (M²)	QUANT. DE AGENTE DE LIMPEZA MENSAL
ID – 501221 - SERVIÇO DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO, Características: especializada em limpeza, conservação e higienização de áreas internas, com o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos, Características Adicionais: conforme Projeto Básico/Termo de Referência.	Interna	223.650	44 horas Semanais	900	249
ID – 501222 - SERVIÇO DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO, Características: especializada em limpeza, conservação e higienização de áreas externas, com o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos, Características Adicionais: conforme Projeto Básico/Termo de Referência.	Externa	138.600	44 horas Semanais	1800	77
ID 507931 - SERVIÇO DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO, Característica(s): especializado em limpeza, conservação e higienização de áreas internas – (banheiros c/ insalubridade NR-15), com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos, Características Adicional(is): conforme Projeto Básico/Termo de Referência.	Interna	19.200	44 horas Semanais	300	64
Total	-	381.450	-	-	390

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: LOURIVAL [illegible]
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CELIA MARIA [illegible]
DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 3 USUÁRIOS
VERIFIQUE A AUTENCIDADE DESTE DOCUMENTO EM http://sigedoc.[illegible] INFORMANDO O CÓDIGO: 0345379C

Folha nº 757

Educação

Manaus

LOTE 3- UNIDADES ESCOLARES					
DESCRIÇÃO	TIPO DE ÁREA	QUANT. DE ÁREA	JORNADA DE TRABALHO	PRODUTIVIDADE MENSAL (m²)	QUANT. DE AGENTE DE LIMPEZA MENSAL
ID – 501221 - SERVIÇO DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO, Características: especializada em limpeza, conservação e higienização de áreas internas, com o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos, Características Adicionais: conforme Projeto Básico/Termo de Referência.	Interna	[illegible]	44 horas Semanais	1.000	51
ID – 501222 - SERVIÇO DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO, Características: especializada em limpeza, conservação e higienização de áreas externas, com o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos, Características Adicionais: conforme Projeto Básico/Termo de Referência.	Externa	36.000	44 horas Semanais	1800	20
ID 507931 - SERVIÇO DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO, Característica(s): especializado em limpeza, conservação e higienização de áreas internas – (banheiros c/ insalubridade NR-15), com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos, Características Adicional(is): conforme Projeto Básico/Termo de Referência.	Interna	[illegible]	44 horas Semanais	500	19
Total	-	67.500		-	90

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: LOURIVAL [illegible]

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CELIA MARI [illegible]

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 3 USUÁRIO[illegible]

VERIFIQUE A AUTENCIDADE DESTE DOCUMENTO EM http://sige.[illegible] INFORMANDO O CÓDIGO 0345379C

Educação

Manaus

LOTE 1 + LOTE 3					
DESCRIÇÃO	TIPO DE ÁREA	QUANTIDADE DE M² ÁREA MENSAL	JORNADA DE TRABALHO	PRODUTIVIDA DE MENSAL (1M²)	QUANT. DE AGENTE DE LIMPEZA MENSAL
ID – 501221 - SERVIÇO DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO. Características: especializada em limpeza, conservação e higienização de áreas internas, com o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos, Características Adicionais: conforme Projeto Básico/Termo de Referência.	Interna	[illegible]	44 Horas Semanais	960	300
ID – 501222 - SERVIÇO DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO. Características: especializada em limpeza, conservação e higienização de áreas externas, com o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos, Características Adicionais: conforme Projeto Básico/Termo de Referência.	Externa	[illegible]	44 Horas Semanais	1800	97
ID 507931 - SERVIÇO DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO. Característica(s): especializado em limpeza, conservação e higienização de áreas internas – (banheiros c/ insalubridade NR-15), com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos, Características Adicional(is): conforme Projeto Básico/Termo de Referência	Interna	24.900	44 Horas Semanais	300	83
Total	-	469.850	-	-	480

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: LOURIVAL [illegible]
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CELIA MARI[illegible] EM 24/06/2022 10:09:39
DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 3 USUA[illegible]
VERIFIQUE A AUTENCIDADE DESTE DOCUMENTO EM http://siged[illegible] INFORMANDO O CÓDIGO: 0345379C

Educaç

Manaus

- **Quantidade Total Global Contratada.**

LOTE 1- UN[illegible] OLARE					
DESCRIÇÃO	QU[illegible]		JORNADA DE TRABALHO	PRODUTIVIDA DE MENSAL (1/M²)	QUANT DE AGENTE DE LIMPEZA
	TIPO DE ÁREA	ÁREA GLOBAL			GLOBAL
ID – 501221 - SERVIÇO DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO, Características: especializada em limpeza, conservação e higienização de áreas [illegible]s, com o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos, Características Adicionais: conforme Projeto Básico/Termo de Referência.	Interna	[illegible]	4[illegible] Semanais	800	1.494
ID – 501222 - SERVIÇO DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO, Características: especializada em limpeza, conservação e higienização de áreas externas, com o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos, Características Adicionais: conforme Projeto Básico/Termo de Referência.	Externa	[illegible]	44 Horas Semanais	1800	462
ID 507931 - SERVIÇO DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO, Característica(s): especializado em limpeza, conservação e higienização de áreas internas – (banheiros c/ insalubridade NR-15) com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos, Características Adicional(is): conforme Projeto Básico/Termo de Referência.	Interna	[illegible]	4[illegible] Semanais	700	384
Total	-	[illegible]	-	-	**2.340**

DOCUMENTO ASSINADO POR [illegible] E SENHA POR: LOURIVAL [illegible]
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CELIA MARI[illegible]
DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 3 USUA[illegible]
VERIFIQUE A AUTENCIDADE DESTE DOCUMENTO EM http://sigeo.[illegible] INFORMANDO O CÓDIGO: 0345379C

Folhas nº 760

Educação

Manaus

LOTE 3- UNIDADES ESCOLARES					
DESCRIÇÃO	TIPO DE ÁREA	QUANTIDADE ANUAL GLOBAL	JORNADA DE TRABALHO	PRODUTIVIDA DE MENSAL (1 M²)	QUANT. DE AGENTE DE LIMPEZA GLOBAL
ID – 501221 - SERVIÇO DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO, Características: especializada em limpeza, conservação e higienização de áreas internas, com o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos. Características Adicionais: conforme Projeto Básico/Termo de Referência.	Interna	[illegible]	44 Horas Semanais	900	306
ID – 501222 - SERVIÇO DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO, Características: especializada em limpeza, conservação e higienização de áreas externas, com o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos, Características Adicionais: conforme Projeto Básico/Termo de Referência.	Externa	[illegible]	44 Horas Semanais	1800	120
ID 507931 - SERVIÇO DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO, Característica(s): especializado em limpeza, conservação e higienização de áreas internas – (banheiros c/ insalubridade NR-15), com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos, Características Adicional(is), conforme Projeto Básico/Termo de Referência.	Interna	34.200	44 Horas Semanais	300	114
Total	-	525.600	-	-	540

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: LOURIVAL [illegible]

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CELIA MARIA [illegible] EM 26/10/2022 13:00:50

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 3 USUÁRIOS

VERIFIQUE A AUTENCIDADE DESTE DOCUMENTO EM http://sigef.[illegible] INFORMANDO O CÓDIGO 0345379C

Folhas nº 765

Educaç

Manaus

LOTE 1 + LOTE 3					
DESCRIÇÃO	TIPO DE ÁREA	Qu	JORNADA DE TRABALHO	PRODUTIVIDADE MENSAL (M²)	QUANT. DE AGENTE DE LIMPEZA GLOBAL
ID – 501221 - SERVIÇO DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO, Características: especializada em limpeza, conservação e higienização de áreas internas, com o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos, Caract... Adicionais: conforme Projeto Básico/Termo de Referência.	Interna		44 Horas Semanais	1800	1890
ID – 501222 - SERVIÇO DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO. Características: especializada em limpeza, conserv... higienização de áreas externas, com o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos, Características Adicionais: conforme Projeto Básico/Termo de Referência.	Externa	1.041.600	44 Horas Semanais	1800	582
ID 507931 - SERVIÇO DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO, Característica(s): especializado em limpeza, conservação e higienização de áreas internas – (banheiros c/ insalubridade NR-15) com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos, Características Adicional(is): conforme Projeto Básico/Termo de Referência.	Interna		44 Horas Semanais	300	498
Total	-	2.814.390	-	-	2.880

1.3. DADOS DO RESPONSÁVEL TÉCNICO AC... FISCALIZADOR PELO CONTRATO Nº 044/2021:

- **Nome Completo:** Silea Cavalcante de...
- **Registro CRA/AM:** 1-1382

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR LOURIVAL ...
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR CELIA MAR... ...-04-2022 ...:00:00
DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 3 USUA...
VERIFIQUE A AUTENCIDADE DESTE DOCUMENTO EM http://sigeduc... INFORMANDO O CÓDIGO 0345379C

Educação

Manaus

DADOS DA PESSOA JURÍDICA CONTRATADA

- Razão Social:

OURO VERDE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO

- CNPJ:

07.025.586/0001-98;

IDENTIFICAÇÃO DO SIGNATÁRIO

Representantes da Contratante

Manaus/AM, 26 de Abril de 2022

<Assinatura digital>
LOURIVAL PRAIA
Subsecretário de Administração - SEMED

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO
Portaria Nº 1832/2021-SEMED/GS, publicada no DOM 5228 de 23/11/2021, pag. 31.

<<assinatura digital>>
TATIANA NASCIMENTO AMORIM
Comissão de Fiscalização
Matrícula: 117.834-2A

<<Assinatura digital>>
CELIA MARIA [illegible]LAR
Função [illegible]
Matrícula [illegible]23-2D

<<assinatura digital>>
JANEI SOUZA DE ARAÚJO
Comissão de Fiscalização
Matrícula: 119.291-4A

GESTOR DO CONTRATO

<<assinatura digital>>
RICARDO [illegible]VEIRA CHAVES
Gestor de Contrato
Matrícula [illegible]7.463-2-G

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR LOURIVAL [illegible]
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR CELIA MA[illegible]
DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR JANEI SOU[illegible]
VERIFIQUE A AUTENCIDADE DESTE DOCUMENTO EM http://sigeo[illegible] INFORMANDO O CÓDIGO 03453790

Folhas nº 790

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nª 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**07.025.586/0001-98**	DUNS®:	**898012209**
Razão Social:	**OURO PRETO SERVICOS DE CONSERVACAO LTDA.**		
Nome Fantasia:	**OURO PRETO CONSERVACAO E LIMPEZA**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**07/07/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**09/11/2022**
FGTS	Validade:	**28/08/2022**
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**08/02/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**19/08/2022**
Receita Municipal	Validade:	**19/09/2022**

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2023**

CPF: [redacted] Nome: CHRISLEY JASMINIE RODRIGUES MACEDO
Ass: _____

FOLHA Nº 755

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 18/08/2022 11:32:08

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **OURO PRETO SERVICOS DE CONSERVACAO LTDA.**
CNPJ: **07.025.586/0001-98**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

Folha nº 982

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 12ª REGIÃO MILITAR
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA (H Gu SGC - 1989)
(Hospital Uaupés / 1922 – Unidade Mista SUSAM / 1994)

TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Aos 06 dias do mês de setembro de 2022, procedemos ao encerramento do volume nº IV do processo nº **64598.001283/2022-31**

Chrisley Jasminie Rodrigues Macedo - 2 Ten

Folhas nº 788
Rubrica

racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

PREFEITURA DE MANAUS
EDUCAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED
ASSESSORIA JURÍDICA
Av. Mário Ypiranga Monteiro, 2549 - Parque 10 - CEP: 69057-002 – Manaus - Amazonas – Fone: 92 3632-2049 / Fax: 92 3632-2050.

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 044/2021 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MANAUS POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED E A EMPRESA OURO PRETO SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO LTDA-ME, NA FORMA ABAIXO:

I – PREÂMBULO:

1.CONTRATANTES. O Município de Manaus, através da Secretaria Municipal de Educação, adiante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **OURO PRETO SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO LTDA**, a seguir denominada **CONTRATADA**.

2.LOCAL E DATA: Lavrado e assinado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, na sede da Prefeitura, sediada na Av. Brasil, 2971 – Compensa, ao 1º (primeiro) dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um (2021).

3.**REPRESENTANTES:** Representa a **CONTRATANTE**, o Sr. Secretário Municipal de Educação, **PAUDERNEY TOMAZ AVELINO**, conforme Decreto de 01 de janeiro de 2021, publicado no DOM Edição 4999, portador da cédula de identidade nº 7509[illegible] SSP/AM, CPF nº 034.652.682-53, residente e domiciliado nesta cidade na Rua Rio [illegible]139, Conjunto Saint Patrick, Bairro Nossa Senhora das Graças, CEP n.º 69.053-020, com fulcro na inexigibilidade de licitação, prevista no art. 24, VI da Lei nº 1.975/2015, e a empresa **OURO PRETO SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO LTDA-ME,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.025.586/0001-98, com sede na Rua Salvador, nº120, Sala 1208, Vieiralves B Center, Bairro Adrianópolis, CEP 69057-040, Manaus/AM, neste ato representada pela Sra. **Lidiane Lima de Oliveira**, brasileira, empresária, portadora do RG nº. [redacted] inscrita no CPF nº. [redacted] doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, os quais assinam o presente Termo de Contrato, regido pela Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais legislações complementares, bem como pelo Decreto nº 0[illegible]/07, nos termos da Minuta nº 03 publicada no DOM nº 1691 de 30/[illegible], mediante as cláusulas e condições a seguir dispostas.

4.SEDE DA CONTRATADA: A **CONTRATADA** é estabelecida na Rua Salvador, nº120, Sala 1208, Vieiralves B Center, Bairro Adrianópolis, CEP 69057-040, Manaus/AM, inscrita no CNPJ sob o nº 07.025.586/0001-98.

5.FUNDAMENTO DO CONTRATO: Este contrato decorre da autorização verbal do Sr. Secretário Municipal de Educação que autorizou a tramitação [illegible] Forma de Reconhecimento.

6.DOCUMENTAÇÃO: A **CONTRATADA** apresentou junto aos autos documentos legais comprobatórios ao atendimento das condições [illegible] assinatura do presente contrato, inclusive as quitações exigíveis de tributos federais, estaduais e municipais, [illegible] inclusive, estar plenamente habilitada à assunção dos encargos [illegible] e assume o compromisso de manter, durante a execução do contrato, inclusive [illegible] as condições de habilitação, qualificação e regularidade exigidas na licitação [illegible] 666/93.

7.GARANTIA: A **CONTRATADA** presta [illegible] correspondente a 5% (cinco por cento), do valor do Contrato podendo optar por uma das modalidades previstas [illegible] incisos I, II e III da Lei n. 8.666/93 ou depósito na Conta Corrente da Prefeitura [illegible].

II – DO OBJETO DO CONTRATO: Por força [illegible] **CONTRATADA** obriga-se a prestar ao **CONTRATANTE**, em caráter emergencial, [illegible] conservação, limpeza, higienização e asseio diário, de forma continuada, com fornecimento [illegible] equipamentos a serem executados nas unidades escolares [illegible] Municipal de Educação -

VERIFIQUE A AUTENCIDADE DESTE DOCUMENTO EM [illegible] INFORMANDO O CÓDIGO: 1607D836

PREFEITURA DE MANAUS
EDUCAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED
ASSESSORIA JURÍDICA
Av. Mário Ypiranga Monteiro, 2649 - Flaque 10 - CEP: 69057-002 – Manaus - Amazonas - Fone: 92 3632-2049 / Fax: 92 3632-2050.

SEMED - lote 3 (Unidades administrativas) localizada na Rua 02 (entre a Leste 1), conforme Memorando nº 181/2021 - DEPLAN, Projeto básico, Planilha Comparativa de Preços, Parecer Jurídico nº 25.08.2021 - ASSJUR/SEMED, Parecer nº 359/2021 - PA/PGM, Despacho nº 320/2021/PGM, Parecer nº 43/2021 - CM../P.., Portaria nº 1778/2 21 SEMED/GSAF, Notas de Empenho e demais documentos constantes no processo nº 2021/18000/01911 doc 0017694.

III – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA se compromete e se obriga junto a **CONTRATANTE**, dentre outros, a cumprir o estabelecido neste:

I – na execução do objeto do presente contrato, deverá empregar todo empenho e a dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados;

II – executar os serviços nos prazos máximos estabelecidos pela Administração mediante solicitação da Secretaria Municipal de Educação;

III – responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados;

IV – responder, integralmente, por perdas e danos que vierem a causar à **CONTRATANTE** ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

V – declarar no ato de celebração do presente instrumento, sob as penas da lei, a inexistência à execução dos encargos contratuais e assume o compromisso de manter, durante a execução do contrato, inclusive para pagamento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA não será responsável:

I – por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior;

II – por quaisquer trabalhos, serviços ou responsabilidades não previstos neste Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A CONTRATADA não poderá contratar, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da **CONTRATANTE** para terceiros, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

IV – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATANTE obriga-se, durante a vigência deste contrato, compromete-se a:

I – proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitir o livre acesso de representantes da **CONTRATADA** às dependências da **CONTRATANTE** relacionadas à execução do contrato;

II – promover os pagamentos dentro dos prazos estipulados, salvo motivo relevante de força maior ou fato superveniente;

III – fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitados, desde que atendidas as obrigações contratuais;

IV – designar formalmente, após a assinatura do contrato, a comissão de servidores para exercerem acompanhamento e fiscalização da execução contratual, nos termos do Inciso II da Lei no. 8.666/93.

V – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA:

A CONTRATADA será a única responsável por todos os prejuízos de qualquer natureza, causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, isentando o **CONTRATANTE** de todas as reclamações que lhe forem dirigidas, quer as referidas reclamações sejam resultantes de atos de prepostos ou de terceiros, quer de ações judiciais, empregos ou ajustadas na execução deste contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO: A CONTRATADA assume a responsabilidade por todos os ônus ou obrigações concernentes às legislações sociais e trabalhistas, previdenciárias da execução dos serviços objeto deste contrato.

PREFEITURA DE MANAUS
EDUCAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED
ASSESSORIA JURÍDICA
Av. [illegible] - Parque 10 - CEP: 69057-002 –
Manaus – Amazonas - Fone: 92 3632-2049 / Fax: 92 3632-2050.

VI – DO PRAZO: O prazo do contrato terá vigência de 90 (noventa) dias contados da data de sua assinatura.

VII – PREÇO, PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

I – PREÇO: O valor global do presente Contrato importará na quantia de **R$ 6.341.310,00 (seis milhões, trezentos e quarenta e um mil, trezentos** [illegible]

II – PAGAMENTO: Os pagamentos dos serviços objeto deste contrato serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados da data de apresentação de Requerimento, Nota Fiscal, Recibos (2 vias), Certidões Negativas Atualizadas e DAM (Documento de Arrecadação Municipal) devidamente pago, e, após a apresentação dos citados documentos na Secretaria Municipal de Educação – SEMED, em virtude da complexidade dos procedimentos [illegible] verificação pelos fiscais da Administração, da regularidade no cumprimento [illegible]

PARÁGRAFO PRIMEIRO: a Prefeitura de Manaus reterá 1% (um por cento) do valor total do pagamento ao FUMIPEQ (Fundo Municipal de Fomento à Micro e Pequena Empresa), em consonância com o art. 2º, I, da Lei nº 2.476 de [illegible]

PARÁGRAFO SEGUNDO: a Prefeitura de Manaus reterá 0,5% (um e décimos por cento) dos pagamentos realizados relativos ao fornecimento [illegible] e construção de obras, ao Fundo Manaus Solidária – FMS, em consonância [illegible] de 2017, artigo 2º e incisos, e artigo 15 da Lei nº 2.389 de 04 de janeiro [illegible]

III – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente contrato foram empenhadas sob o nº **2021NE02458,** datada de [illegible] da seguinte rubrica orçamentária: 18101.12.361.0051.2118.0000.01010000.339039 [illegible] no valor de R$ 2.532.020,00 (dois milhões, quinhentos e setenta e dois mil, novecentos e [illegible] 2021NE02459 datada de 28/09/2021, à conta da seguinte rubrica orçamentária: 18[illegible] 00.01[illegible]03702, no valor de R$ 771.868,80 (setecentos e setenta e [illegible] oitenta centavos), **2021NE02460**, datada de 28/09/2021 [illegible] seguinte rubrica orçamentária: 18101.12.36[illegible]0000.01010000.339039[illegible] no valor de R$ 1.958.439,00 (um milhão, cento e noventa e cinco mil, quatrocentos e setenta e [illegible] 2021NE02461 datada de 28/09/2021 à conta da seguinte rubrica orçamentária: 18101.12.365.[illegible] no valor de R$ 1.543.752,00 (um milhão, quinhentos e quarenta e [illegible] quinhentos e cinquenta e dois reais), **2021NE02462,** datada de 28/09/2021 [illegible] orçamentária: 18101.12.367.0073.2102.0000.01010000.339[illegible] duzentos e cinquenta e sete mil, duzentos e [illegible] e nove reais e [illegible]

VIII – DAS PENALIDADES: À CONTRATADA [illegible] pela [illegible] seguintes penalidades, de acordo com o Capítulo IV, da Lei nº 8.6[illegible] [illegible] Termos de Contrato e às perdas e [illegible], ficando garant[illegible] [illegible] nos termos da Lei, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, [illegible] pela autoridade competente:

a) advertência;

b) multa de moratória de 1% (um por cento) [illegible] por dia de atraso, se os serviços não forem iniciados na data pre[illegible] [illegible] pela **CONTRATANTE;**

c) multa de 10% (dez por cento) sobre o [illegible] da hipótese de rescisão administrativa de a **CONTRATADA** [illegible]

d) caso a data da entrega final dos serviços [illegible] aplicada pela **CONTRATANTE** multa correspondente a [illegible] por dia de atraso. Com a aplicação desta multa, cessa[illegible] relacione a este Contrato;

e) suspensão temporária [illegible] de licitar [illegible] **CONTRATANTE,** pelo prazo [illegible] anos, cujo ato será [illegible] Manaus;

PREFEITURA DE MANAUS
EDUCAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED
ASSESSORIA JURÍDICA
Av. Mário Ypiranga, Flores, 2549 - Parque 10 - CEP: 69057-002 – Manaus – Amazonas – Fone: 92 3632-2049 - Fax: 92 3632-2050.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A sanção estabelecida no item "8" é de competência exclusiva do Secretário Municipal de Educação, facultada a defesa da CONTRATADA no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo ser aplicada somente após 02 (dois) anos de sua aplicação.

IX – DAS MULTAS: As multas previstas deverão ser recolhidas através de DAM (Documento de Arrecadação Municipal) em uma das agências do Banco Bradesco S/A, dentro do prazo improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data da notificação enviada pelo Município de Manaus. Esta notificação ocorrerá ou através de publicação no Diário Oficial do Município ou através de recebimento pela CONTRATADA do competente aviso.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Se, dentro do prazo estipulado acima, não for providenciado o recolhimento da multa, o CONTRATANTE poderá promoverá a cobrança segundo o disposto na Cláusula Décima Nona.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As multas não isentam a CONTRATADA de pagamento de perdas e danos, o pagamento das mesmas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A aplicação das multas aqui referidas independerá de qualquer interpelação, notificação ou protesto judicial sendo exigível dentro de dez dias do ato, fato ou omissão que tiver dado causa à notificação extrajudicial.

PARÁGRAFO QUARTO: Nenhum pagamento será feito à CONTRATADA na ocorrência de pagamento de multa pendente.

X – RESCISÃO DE CONTRATO: Este Termo poderá ser rescindido nos seguintes casos:

a) não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
b) cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, prazos;
c) atraso injustificado no início dos serviços;
d) paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
e) subcontratação parcial do seu objeto, associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas pelo CONTRATANTE;
f) desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
g) cometimento reiterado de faltas na sua execução;
h) decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
i) dissolução de sociedade;
j) alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que, a juízo do CONTRATANTE, prejudique a execução do Contrato;
l) razões de interesse de serviço público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Termo de Contrato;
m) supressão por parte do CONTRATANTE acima do limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato, além do limite permitido na Cláusula Décima Quinta;
n) suspensão de sua execução, por ordem escrita do CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.
o) atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, decorrentes do objeto, ou parcelas de fornecimento de serviços, já recebidos ou executados, salvo em caso de grave perturbação da ordem interna ou guerra, assistindo à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
p) não liberação, pelo CONTRATANTE, de área, local ou objeto, nos prazos contratuais;
q) ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

VERIFIQUE A AUTENCIDADE DESTE DOCUMENTO EM HTTPS://SGP.MANAUS.AM.GOV.BR/ INFORMANDO O CÓDIGO: 1607D836

PREFEITURA DE MANAUS
EDUCAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED
ASSESSORIA JURÍDICA
Av. Mário Ypiranga Monteiro, 2540 - Parque 10 - CEP: 69057-002 – Manaus – Amazonas - Tel: 92 3633-3649 - Fax: 92 3632-2050.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A rescisão do Contrato poderá ser:
I – Administrativa, nos casos especificados nas letras "a" a "m";
II – Amigavelmente pelas partes.
III – Judicialmente
PARÁGRAFO SEGUNDO: A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
PARÁGRAFO TERCEIRO: A rescisão administrativa acarreta as seguintes conseqüências, sem prejuízos das sanções previstas:
I – Assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontra, por ato próprio do **CONTRATANTE**;
II – Ocupação e utilização, nos termos da legislação específica, das instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do Contrato, necessários à sua continuidade, os quais serão devolvidos ou ressarcidos posteriormente na forma prevista no inciso V do Art. 58, da Lei nº 8.666/93;
III – Retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados ao **CONTRATANTE**;

XI – <u>SUBCONTRATAÇÃO:</u> A **CONTRATADA** não poderá ceder ou subcontratar totalmente os serviços, objeto deste Contrato, e, parcialmente somente com a prévia autorização do **CONTRATANTE**, reservando-se que, quando concedida à subcontratação, obrigará a **CONTRATADA** a celebrar o respectivo Termo de Contrato com inteira observância do Termo de Contrato original firmado com o **CONTRATANTE** e sob a sua exclusiva responsabilidade, reservando-se, o **CONTRATANTE** o direito de, a qualquer tempo, dar por terminado o subcontrato sem que a Contratada subcontratada motivos para reclamar indenização ou prejuízos.

XII – <u>RECURSOS:</u> Caberão dos atos do **CONTRATANTE** referentes a este Contrato:
I – Recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da ciência do ato, no caso de rescisão administrativa a que se refere à letra "a" da Cláusula Décima Primeira, bem como da aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou multa.
II – Representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da ciência do ato, relativamente ao objeto do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.
III – Pedido de reconsideração, de decisão a cerca da declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o **CONTRATANTE**, no prazo de 10 (dez) dias úteis, da ciência do ato.

XIII – <u>OUTRAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA</u>: A **CONTRATADA** deve manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** deverá manter preposto aceito pela **CONTRATANTE**, atualizada sobre a legislação específica do contrato e suas alterações.
PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** responsabiliza-se pelo cumprimento, por parte de suas subcontratadas, das instruções do **CONTRATANTE**.
PARÁGRAFO TERCEIRO: A **CONTRATADA** responsabiliza-se, por todos e quaisquer impostos, taxas e tributos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Contrato, independentemente de sua incidência.
PARÁGRAFO QUARTO: Cabe à **CONTRATADA**, perante o **CONTRATANTE**, contra as infrações de trabalho de quaisquer de seus empregados, prepostos ou subordinados, sem oposição, processo sendo o único responsável, bem como pelos danos causados a terceiros ou materiais que venham a utilizar nos serviços, correndo por sua conta as despesas decorrentes das infrações desta natureza.

XIV – <u>ALTERAÇÕES CONTRATUAIS</u>: Este Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, durante sua vigência, nos seguintes casos:
I – Unilateralmente pelo **CONTRATANTE**:

PREFEITURA DE MANAUS EDUCAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED
ASSESSORIA JURÍDICA
Av. Mário Ypiranga Monteiro, 2950 – Parque 10 – CEP: 69057-002 – Manaus – Amazonas – Fone: 92 3632-2049 – Fax: 92 3632-2050.

a) quando, por iniciativa do **CONTRATANTE**, houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
b) quando necessária a modificação de valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado do Contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido.
II – Por acordo entre as partes:
a) quando necessária a modificação do regime de execução, em face da verificação técnica da inaplicabilidade, nos termos contratuais originários;
b) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado sem contraprestação de serviço;
PARÁGRAFO PRIMEIRO: No caso de rescisão do objeto, se a **CONTRATADA** já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes serão pagos pelo **CONTRATANTE**, pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da rescisão, desde que regularmente comprovados.
PARÁGRAFO SEGUNDO: Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada e significativa repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão desses para mais ou para menos, conforme o caso.
PARÁGRAFO TERCEIRO: Em havendo alteração unilateral que aumente ou diminua os encargos da **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico - financeiro inicial.
PARÁGRAFO QUARTO - As atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como a variação de valores orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração contratual, podendo ser registrado por simples apostila, dispensando aprovação superior.

XV – DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO: A **CONTRATADA** manterão os meios humanos necessários para a execução dos serviços por intermédio da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, nos termos do art. 73 a 76 da Lei 8.666 de 1993, que acompanhará e fiscalizará os trabalhos através de órgão ou funcionário designado, que terão autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução contratual.
PARÁGRAFO PRIMEIRO– À Fiscalização compete:
I – solicitar à **CONTRATADA** e a seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento do processo correspondente, documentos esclarecimentos ou dirimir dúvidas;
II - acompanhar os recebimentos ou a prestação dos serviços, podendo sustar, recusar, mandar refazer ou indicar as ocorrências de indisponibilidade de serviços;
III – encaminhar os documentos que relatem as ocorrências ligadas à **CONTRATADA**, bem como os referentes a aplicação de penalidades.
PARÁGRAFO SEGUNDO– A ação da fiscalização da **CONTRATADA** de suas responsabilidades contratuais.
PARÁGRAFO TERCEIRO – O objeto deste contrato será acompanhado pela administração ou Comissão designada pelo **CONTRATANTE**, composta de servidores municipais, que procederá na forma do art. [illegible].
PARÁGRAFO QUARTO – Caso os serviços prestados sejam considerados em desacordo com o que foi contratado a critério da **CONTRATANTE**, [illegible] as inconformidades dentro do prazo de 20 (vinte) dias, sob pena de a **CONTRATADA** continuar a apresentar e prestar serviços que não estejam de acordo com as especificações, o fato será considerado como inexecução total gerando [illegible] aplicação das penalidades cabíveis.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO [illegible] INFORMANDO O CÓDIGO: 1607D836

PREFEITURA DE MANAUS
EDUCAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED
ASSESSORIA JURÍDICA
Av. Mário Ypiranga Monteiro, 2554 – Parque 10 – CEP: 69057-002 – Manaus – Amazonas – Fone: 92 3652-2050 / Fax: 92 3632-2050.

PARÁGRAFO QUINTO – Os prazos de [illegible] das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados na legislação pertinente, e a solicitação dilatória, sempre por escrito, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações deverá ser recebida contemporaneamente [illegible] ao término.

XVI – RECURSOS AO JUDICIÁRIO: Será [illegible] como dívida [illegible] da FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MANAUS os valores não pagos espontaneamente ou administrativamente, correspondentes às importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à CONTRATADA, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que [illegible] [illegible] retardamento na execução ou inexecução total ou parcial do Contrato e cobrados em processo de execução. Caso o CONTRATANTE tenha de recorrer ou comparecer em juízo para haver o que lhe for devido, a CONTRATADA ficará sujeita ao pagamento, além do principal débito, das despesas de [illegible] e honorários advocatícios, estes fixados desde logo em 20% (vinte por cento).

XVII – PUBLICIDADE: O presente Contrato será publicado sob a forma de [illegible] no Diário Oficial do Município, dentro de 20 (vinte) dias da sua assinatura, [illegible] a contar do [illegible] dia útil do mês seguinte ao da assinatura, correndo as despesas por conta [illegible] DA

XVIII – CONTROLE: O CONTRATANTE [illegible] nos [illegible] legais a remessa de exemplares do presente contrato à PROCURADORIA GERAL DO [illegible] SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS PÚBLICAS e ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS. O **CONTRATANTE** não se responsabilizará por indenizações de qualquer natureza em decorrência de atos ou fatos vinculados à PRORROGAÇÃO [illegible] Controle da Execução Orçamentária e da Administração Financeira.

XIX – DA VINCULAÇÃO: Este Contrato [illegible] os termos [illegible] de Referências e da Proposta da Contratada.

XX – FORO: [illegible] para quaisquer questões judiciais oriundas [illegible] do presente Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Manaus, com [illegible] qualquer [illegible] mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, [illegible] presente [illegible] 02 (duas) vias de igual teor e forma para que surtam um só efeito [illegible] depois [illegible] assinadas pelas representantes das partes, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, e pelas [illegible] abaixo.

Manaus, [illegible]

PAUDERNEY TAVARES AVELINO
Secretário [illegible]

[illegible]
LIDIA [illegible]
OURO PRETO SERVIÇ[illegible]

TESTEMUNHAS:

1- [illegible]
CPF: [redacted]

2- [illegible]
CPF: [redacted]

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO [illegible] INFORMANDO O CÓDIGO: 1607D836

Folhas nº 1770

PREGÃO ELETRÔNICO

MINISTÉRIO DA DEFESA
Comando do Exército
Comando Militar da Amazônia
12ª Região Militar
Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira

Termo de Adjudicação do Pregão Eletrônico

Nº 00004/2022

Às 10:07 horas do dia 15 de agosto de 2022, após analisado o resultado do Pregão nº 00004/2022, referente ao Processo nº 64598001283202231, o pregoeiro, Sr(a) CHRISLEY JASMINIE RODRIGUES MACEDO, ADJUDICA aos licitantes vencedores os respectivos itens, conforme indicado no quadro Resultado da Adjudicação.

**OBS: Itens com recursos serão adjudicados pela Autoridade competente e constarão no termo de julgamento.

Resultado da Adjudicação

Item: 1
Descrição: Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Áreas Hospi-talares - Outras Necessidades - Outra Produtividade
Descrição Complementar: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza técnica hospitalar, higienização, conservação, assepsia e desinfecção de areas médico-hospitalares com fornecimento de materiais e quipamentos necessários à execução destes serviços a serem realizados de forma continuada, com execução mediante o regime de empreitada por preço global, nas instalações da sede do Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira-AM.
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 1
Unidade de fornecimento: METRO QUADRADO
Valor Estimado: R$ 1.266.737,0000
Intervalo Mínimo entre Lances: R$ 1,00
Situação: Adjudicado

Adjudicado para: OURO PRETO SERVICOS DE CONSERVACAO LTDA. , **pelo melhor lance de** R$ 786.758,5200 .

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Adjudicado	15/08/2022 10:07:11	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor: OURO PRETO SERVICOS DE CONSERVACAO LTDA., CNPJ/CPF: 07.025.586/0001-98, Melhor lance: R$ 786.758,5200
Adjudicado	15/08/2022 10:07:17	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor: OURO PRETO SERVICOS DE CONSERVACAO LTDA., CNPJ/CPF: 07.025.586/0001-98, Melhor lance: R$ 786.758,5200

Fim do documento

Folha nº 771

PREGÃO ELETRÔNICO

MINISTÉRIO DA DEFESA
Comando do Exército
Comando Militar do Amazônia
12ª Região Militar
Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira

Termo de Homologação (Pregão Eletrônico)
Nº [illegible]/2022

Às 10:15 horas do dia 15 de agosto de 2022, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. ORLANDO GONCALVES DA FONSECA JUNIOR, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 64598001283202231, Pregão nº 00004/2022.

Resultado da Homologação

Item: 1
Descrição: Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Áreas Hospitalares - Outras Necessidades - Outra Produtividade
Descrição Complementar: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza técnica hospitalar, higienização, conservação, assepsia e desinfecção de áreas hospitalares, compreendendo o fornecimento de materiais e equipamentos necessários à execução destes serviços a serem realizados de forma ininterrupta, com exceção mediante o regime de empreitada por preço global, nas instalações da sede do Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira/AM
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 1 **Unidade de fornecimento:** METRO QUADRADO
Valor Estimado: R$ 1.266.737,0000 **Intervalo Mínimo entre Lances:** R$ 1,00
Situação: Homologado

Adjudicado para: OURO PRETO SERVICOS DE CONSERVACAO [illegible] pelo melhor lance de R$ 796.759,5200.

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	15/08/2022 10:07:11	-	Adjudicação [illegible] proposta inicial do fornecedor: OURO PRETO SERVICOS DE CONSE[illegible] (CNPJ/CPF: 07.025.536/0001-98, Melhor lance: R$ 786.758,5200
Adjudicado	15/08/2022 10:07:17	-	Adjudicação [illegible] proposta inicial do fornecedor: OURO PRETO SERVICOS DE CONSE[illegible] (CNPJ/CPF: 07.025.536/0001-98, Melhor lance: R$ 786.758,5200
Homologado	15/08/2022 10:15:15	ORLANDO GONCALVES DA FONSECA JUNIOR	

Fim do Relatório

PREGÃO ELETRÔNICO

MINISTÉRIO DA DEFESA
Comando do Exército
Comando Militar da Amazônia
12ª Região Militar
Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira

Pregão Eletrônico Nº 00004/2022

RESULTADO POR FORNECEDOR

07.025.586/0001-98 - OURO PRETO SERVICOS DE CONSERVACAO LTDA.

Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Critério de Valor (*)	Valor Unitário	Valor Global
1	Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Áreas Hospi-talares - Outras Necessidades - Outra Produtividade	METRO QUADRADO	1	R$ 1.266.737,0000	R$ 786.758,5200	R$ 786.758,5200

Marca:
Fabricante:
Modelo / Versão:
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Apresentamos, abaixo, nossa proposta para contratação de serviços de limpeza técnica hospitalar, higienização, conservação, assepsia e desinfecção de áreas médico-hospitalares com fornecimento de materiais e equipamentos necessários à execução destes serviços a serem realizados de forma continuada, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, nos termos do disposto no Edital do Pregão Eletrônico n.º 04/2022.

Total do Fornecedor: **R$ 786.758,5200**

Valor Global da Ata: **R$ 786.758,5200**

(*) É necessário detalhar o item para saber qual o critério de valor que é utilizado: Estimado ou Referência ou Máximo Aceitável.

Imprimir o **Relatório**

Voltar

1º Ten Med RAFAEL MACIEL **COELHO**

(Em solução ao DIEx Nº 101-Emergência/Div Med/Subdireção, de 18 de agosto de 2022)

Em consequência, a S Dir, o Ch Fisc Adm, o Ch SPMil, o S3, e os demais interessados tomem conhecimento e providências.

(Nota nº 61542, de 18 de agosto de 2022, do(a) SPMil)

b. ALTERAÇÕES DE SUBTENENTES E SARGENTOS

1) CURSO / ESTÁGIO REALIZADO NA FORÇA - Apresentação certificado de conclusão

Apresentou em **17 AGO 22**, o certificado de conclusão com aproveitamento do Estágio Setorial de Fiscalização de Contrato com Ênfase no Sistema Gestão W, na modalidade EAD autoinstrucional, com carga horária de 50 horas-aula, emitidos pela Secretaria de Economia e Finanças /Instituto de Economia e Finanças do Exército (IEFEx).

3º Sgt STT JOCILEIA **VASCONCELOS** ARAUJO

(Em solução ao DIEx Nº 36-Enfermagem/Div Enf/Subdireção, de 17 de agosto de 2022)

Em consequência, a S Dir, o Ch SPMil, o S3, o Cmt Contg e os demais interessados tomem conhecimento e providências.

(Nota nº 61541, de 18 de agosto de 2022 do(a) SPMil)

2) PADRINHO / MADRINHA DE MILITAR - Designação

Designado(a) como "Padrinho" do 1º Sgt MB/Mnt Vtr DANIEL GONÇALVES DE **SANDES**, em atenção ao parágrafo único do Art. 437, do RISG.

S Ten INF ANTONIO CARLOS SANTOS **JÚNIOR**

Em consequência:

a) O militar designado(a) deverá fazer o contato com o militar para prestar o apoio necessário, verificar sua provável data de apresentação na OM e manter informada a SPMil quanto à atualização de sua situação; e
b) A S Dir, o Ch SPMil, o Cmt Contg e os demais interressados tomem conhecimento e providências.

(Nota nº 61559, de 19 de agosto de 2022, do(a) SPMil)

2. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

a. DIVERSOS

AQUISIÇÃO, LICITAÇÕES E CONTRATOS - PREGÃO ELETRÔNICO - Publicação de Processo Licitatório

Por meio da Requisição **nº 01/2022 – Seç Div Ap Téc do HGuSGC**, de **1º MAIO 22**, a Ch Div Apoio

Técnico do HGuSGC, solicitou a eventual contratação de empresa para prestação de serviço de Limpeza Técnica Hospitalar do Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira, sendo autorizada a realização da licitação, conforme despacho do Ordenador de Despesas.

A fase interna do procedimento administrativo foi submetida à apreciação da Advocacia Geral da União, a qual, por meio do Parecer Jurídico nº 006675/2022/ADV/E-CJU/SSEM/CGU/AGU, de Salvador, 31 de julho de 2022, aprovou o prosseguimento do processo, desde que observadas as recomendações exaradas no parecer, cujo extrato do atendimento às recomendações foi publicado no Boletim Interno/HGuSGC nº 144 de 2 AGO 22.

Ato continuo, a sessão pública do Pregão Eletrônico Tradicional nº 04/2022 teve início em 12 AGO 22, cujo o item foi adjudicado e homologado em 15 AGO 22.

Em prosseguimento, o órgão contratante e a empresa contratada procederam à assinatura do respectivo Termo de Contrato, com validade de 12 (doze) meses, a contar de 15 AGO 22, em atenção ao art. 25, do Inciso I, do Dec. nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013. A íntegra do processo encontrar-se-á arquivada na Seção de Conformidade e Registro de Gestão da OM, estando disponível para livre consulta por todos os interessados.

Em consequência, a S Dir, o Ch Fisc Adm, o Ch SPMil, o Ch SALC, a Ch DIV Ap Tec e os demais interessados tomem conhecimento e providências.

(Nota BI nº 61543 de 18 de agosto de 2022, do(a) SALC)

b. ARRAÇOAMENTO

PARA O DIA 20 JUL 22 (SÁBADO)

1) Fiscalização Administrativa providencie o saque dos seguintes Quantitativos e Complementos referentes às Etapas Completas.

a) Quantitativos			b) Complementos	
CLASSES DE EFETIVO	**TIPO**	**QTDE**	**TIPO**	**QTDE**
Oficiais	QR	3	Compl. Fin	23
S Ten / Sgt	QR	3	Compl. Esc	...
Cb / Sd	QR	17	Compl. Hosp	34
Civil 60%	QR	...		

2) O Serviço de Aprovisionamento confeccione as refeições correspondentes as seguintes etapas reduzidas:

CAFÉ:	69	**ALMOÇO**:	60	**JANTAR:**	60	**CEIA:**	34

3) Fiscal de Sobras e Resíduos: Adjunto ao Oficial de Dia.

PARA O DIA 21 JUL 22 (DOMINGO)

1) Fiscalização Administrativa providencie o saque dos seguintes Quantitativos e Complementos

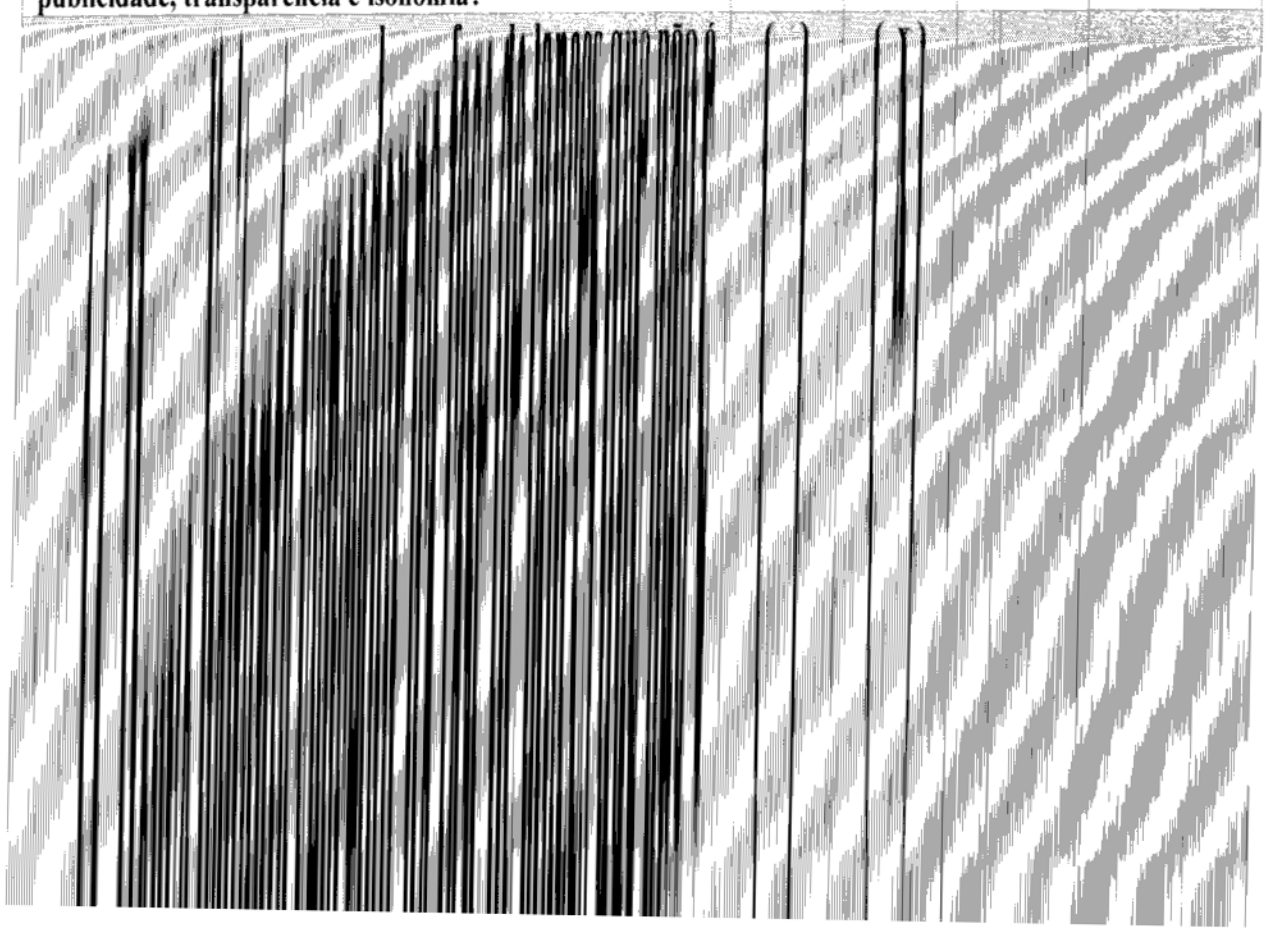
Folhas nº 175

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA
(Hospital Uaupés / 1922 - unidade Mista SUSAM / 1994)

LISTA DE VERIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
1. Iniciando a fase externa do pregão, a convocação dos interessados ocorreu por meio de publicação de Aviso nos termos do art. 4º, I, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002?	(X)	( )		
○ 1.1 No Aviso mencionado no item anterior, consta a definição do objeto da licitação, o número do processo, a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtido, na íntegra, o edital, bem como o local de realização do certame (sítio da internet ou presencial)?	(X)	( )		
2. Após a fase de lances foi verificado se havia fornecedor com direito ao exercício de preferência devido a alguma margem estipulada em regulamento?	( )	( )		NA
3. Após cada desclassificação (não aceitação) ou inabilitação o direito de margem de preferência e o exercício dos benefícios da Lei Complementar nº 123, de 2006, foram reanalisados?	( )	( )		NA
4. Houve manifestação técnica quanto à aceitação do objeto, da amostra ou quanto ao julgamento da licitação por parte das áreas demandantes (beneficiária ou especialista)?	( )	( )		NA
5. Foi feita a comprovação da regularidade fiscal do licitante como determina o art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, c/c o inciso XIII do art. 4º da Lei nº 10.520, de 2002?	(X)	( )		
6. Houve consulta a todas as listas oficiais que fornecem informações referentes a restrições para contratar com a Administração Pública, e estas encontram-se em conformidade?	(X)	( )		
○ 6.1 SICAF;	(X)	( )		
○ 6.2 BNDT - Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (CNDT);	(X)	( )		
○ 6.3 CNIA - Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa (CNJ);	(X)	( )		
○ 6.4 CEIS - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CGU); e	(X)	( )		
○ 6.5 Cadastro de Inidôneos e Cadastro de Inabilitados (TCU).	(X)	( )		
7. Houve tentativa de negociação com o melhor classificado, visando obter melhor preço, ainda que o valor estivesse abaixo do estimado?	(X)	( )		
8. Caso esteja prevista no edital, a proposta final com os valores readequados ao valor total ofertado ou negociados com o melhor classificado (incluindo a correspondente planilha de custos, se for o caso) está anexada ao processo?	(X)	( )		
9. Houve intenção de Recurso?	(X)	( )		

○ 9.1 No juízo de admissibilidade das intenções de recurso, o pregoeiro avaliou somente os pressupostos recursais (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação) concedendo o prazo adequado para fins de apresentar as razões de recorrer posteriormente?	( )	(X)		
○ 9.2 Foi concedido prazo de 3 dias (úteis) para recurso, 3 dias úteis para contrarrazões e 5 dias para decisão do pregoeiro?	( )	( )		NA
○ 9.3 Foram redigidos relatórios e deliberações do Pregoeiro referentes aos recursos com sua decisão motivada?	( )	( )		NA
10. Houve item deserto ou fracassado?	( )	(x)		
11. Houve adjudicação por parte do pregoeiro (quando não houver recurso)?	(x)	( )		
12. Consta na instrução processual os seguintes documentos para fase externa:	(x)	( )		
○ 12.1 ato de designação da comissão de licitação, do pregoeiro e equipe de apoio ou do responsável pela licitação;	(X)	( )		
○ 12.2 propostas e documentos de habilitação exigidos no edital;	(X)	( )		
○ 12.3 atas, relatórios e decisões do pregoeiro e equipe de apoio; e	(X)	( )		
○ 12.4 atos de adjudicação do objeto.	(X)	( )		
13. O Pregoeiro divulgou com clareza os atos no Comprasnet, dentro do horário de expediente, e as informações relativas à data e hora das sessões públicas, sua suspensão e reinício em respeito aos princípios da publicidade, transparência e isonomia?	(X)	( )		



○ 9.1 No juízo de admissibilidade das intenções de recurso, o pregoeiro avaliou somente os pressupostos recursais (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação) concedendo o prazo adequado para fins de apresentar as razões de recorrer posteriormente?	( )	(X)		
○ 9.2 Foi concedido prazo de 3 dias (úteis) para recurso, 3 dias úteis para contrarrazões e 5 dias para decisão do pregoeiro?	( )	( )		NA
○ 9.3 Foram redigidos relatórios e deliberações do Pregoeiro referentes aos recursos com sua decisão motivada?	( )	( )		NA
10. Houve item deserto ou fracassado?	( )	(x)		
11. Houve adjudicação por parte do pregoeiro (quando não houver recurso)?	(x)	( )		
12. Consta na instrução processual os seguintes documentos para fase externa:	(x)	( )		
○ 12.1 ato de designação da comissão de licitação, do pregoeiro e equipe de apoio ou do responsável pela licitação;	(X)	( )		
○ 12.2 propostas e documentos de habilitação exigidos no edital;	(X)	( )		
○ 12.3 atas, relatórios e decisões do pregoeiro e equipe de apoio; e	(X)	( )		
○ 12.4 atos de adjudicação do objeto.	(X)	( )		
13. O Pregoeiro divulgou com clareza os atos no Comprasnet, dentro do horário de expediente, e as informações relativas à data e hora das sessões públicas, sua suspensão e reinício em respeito aos princípios da publicidade, transparência e isonomia?	(X)	( )		
14. Houve licitante vencedor na fase de lances que não é o adjudicatário, ou que não manteve a proposta, e tenha incidido em condutas que podem ser tipificadas no art. 7º da Lei 10.520, de 2002?	( )	(x)		
○ 14.1 Houve por parte do pregoeiro o registro do fato indicando a conduta e as evidências de infração ao art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002, e a consequente recomendação para autoridade competente proceder a instauração do procedimento administrativo?	( )	( )		NA

Chrisley Jasminie Rodrigues Macedo - Asp
Adj/Aux da Seção de Aquisição, Licitação e Contratos

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA (H Gu SGC - 1989)
(Hospital Uaupés / 1922 – Unidade Mista SUSAM / 1994)

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 05/2022, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA E A EMPRESA OURO PRETO SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO LTDA

A União, por intermédio do HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA - AM, sediado na Rua Quintino de Sá Cavalcante, 250, Bairro Dabarú, CEP 69.750-000, São Gabriel da Cachoeira/AM, inscrito no CNPJ sob o nº 09.561.263/0001-44 (UG Primária), e CNPJ sob o nº 09.561.263/0002-25 (UG Secundária), neste ato representado pelo Tenente-Coronel ORLANDO GONÇALVES DA FONSECA JÚNIOR, nomeado pela Portaria Cmt Exército nº 608 de 21 de julho de 2021, publicada no DOU de 137 de 22 de julho de 2021, inscrito no CPF nº [redacted], portador da carteira de identidade nº [redacted] doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa OURO PRETO SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO LTDA, sediada na Rua Raimundo Marinho, 4, QD-A1G RS Flamboyant, Bairro: Novo Aleixo, CEP 69.058-278, Manaus/AM, inscrita no CNPJ sob o nº 07.025.586/0001-98, neste ato representada pela Sra. LIDIANE LIMA DE OLIVEIRA, portadora da Carteira de Identidade [redacted], expedida pela SSPAM, e CPF nº [redacted], tendo em vista o que consta no Processo nº 64598.001283/2022-31 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 04/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **serviços continuados de limpeza técnica hospitalar, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva**, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

Item	Descrição	Valor mensal estimado R$	Valor anual estimado R$
1	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza técnica hospitalar,	**R$ 65.563,21**	**R$ 786.758,52**

	higienização, conservação, assepsia e desinfecção de áreas médico-hospitalares com fornecimento de materiais e equipamentos necessários à execução destes serviços a serem realizados de forma continuada, com execução mediante o regime de empreitada por preço global, nas instalações da **Sede do Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira (São Gabriel da Cachoeira - AM)**, perfazendo um total de 2.792.91 m² de piso e 139.9 m² de esquadrias.		

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de 19/08/2022 e encerramento em 18/08/2023, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP nº 05/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.1.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.6. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. Nas eventuais prorrogações dos contratos com dedicação exclusiva de mão de obra, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser reduzidos e/ou eliminados como condição para a renovação.

2.4.1. A futura contratada manifesta concordância com a redução e/ou eliminação dos custos mencionados no item anterior, o que poderá ser realizado por meio de apostilamento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de R$ 65.563,21 (sessenta e cinco mil quinhentos e sessenta e três reais e vinte e um centavos), perfazendo o valor total de R$ 786.758,52 (setecentos e oitenta e seis mil setecentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e dois centavos).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais. trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 00001/167545

Fonte: 01880000000

Programa de Trabalho: 171497

Elemento de Despesa: 339037

PI: D8SAFCTLICH

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO.

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, anexo do Edital.

8. CLÁUSULA OITAVA –MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

11.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018).

11.6. Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP n.º 05/2017).

11.7. Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:

11.7.1. a garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela CONTRATADA, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

11.7.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

11.8. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

11.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

11.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

11.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei n.º 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

11.10. O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 2018.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e

prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MP nº 05, de 2017.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. É eleito o Foro da cidade de Santiago/RS para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

São Gabriel da Cachoeira, AM, 19 de agosto de 2022

ORLANDO GONÇALVES DA FONSECA JÚNIOR – Ten Cel

Representante legal da CONTRATANTE

Documento assinado digitalmente
gov.br ORLANDO GONCALVES DA FONSECA JUNIO
Data: 18/08/2022 14:01:39-0300
Verifique em https://verificador.iti.br

LIDIANE LIMA DE OLIVEIRA

Representante legal da CONTRATADA

Documento assinado digitalmente
gov.br LIDIANE LIMA DE OLIVEIRA
Data: 18/08/2022 11:27:14-0300
Verifique em https://verificador.iti.br

TESTEMUNHAS:

Documento assinado digitalmente
gov.br IVAIR AURELIO PAULINO
Data: 18/08/2022 12:16:29-0300
Verifique em https://verificador.iti.br

ENZO DOLORICO BALBI – Cap
CPF: [redacted]
Idt: [redacted]

Documento assinado digitalmente
gov.br ENZO DOLORICO BALBI
Data: 18/08/2022 12:52:19-0300
Verifique em https://verificador.iti.br

IVAIR AURÉLIO PAULINO – 2º Ten
CPF: [redacted]
Idt [redacted]

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 30/08/2022 | Edição: 165 | Seção: 3 | Página: 42

Órgão: Ministério da Defesa/Comando do Exército/Comando Militar da Amazônia/12ª Região Militar/Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira

EXTRATO DE CONTRATO Nº 5/2022 - UASG 160545

Nº Processo: 64598.001283/2022-31.

Pregão Nº 4/2022. Contratante: HOSPITAL DE GUARN. DE S. GABRIEL DA CACHOEIRA.

Contratado: 07.025.586/0001-98 - OURO PRETO SERVICOS DE CONSERVACAO LTDA.. Objeto: Serviços continuados de limpeza técnica hospitalar, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

Fundamento Legal: LEI 10.520 / 2002 - Artigo: 1. Vigência: 19/08/2022 a 18/08/2023. Valor Total: R$ 786.758,52. Data de Assinatura: 19/08/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 29/08/2022).

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

Folhas nº 783
Andrew

(Nota nº 61850, de 2 de setembro de 2022, do(a) Fisc Adm)

b. AQUISIÇÃO, LICITAÇÕES E CONTRATOS

CONTRATO - Publicação

EXTRATO DE CONTRATO Nº 4/2022 - UASG 160545. Processo nº: 64598.000776/2021-72. Pregão Nº 7/2022. Contratante: HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA. Contratado: 26.598.127/0001-48 - V W DIESEL SERVICOS DE MANUTENCAO LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva da unidade geradora de energia. Fundamento Legal: LEI 10.520 / 2002 - Art 1º. Vigência: 23/08/2022 a 22/08/2023. Valor Total: R$ 34.600,00. Data de Assinatura: 23/08/2022.

Em consequência, a S Dir, o Ch Div Adm, o Ch SPMil, o Ch Seç Mnt Trnp, o Ch SALC e os demais interessados tomem conhecimento e providências.

(Nota nº 61828, de 1º de setembro de 2022, do(a) SALC)

EXTRATO DE CONTRATO Nº 5/2022 - UASG 160545. Processo nº: 64598.001283/2022-31. Pregão Nº 4/2022. Contratante: HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA. Contratado: 07.025.586/0001-98 - OURO PRETO SERVICOS DE CONSERVACAO LTDA. Objeto: Serviços continuados de limpeza técnica hospitalar, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva. Fundamento Legal: LEI 10.520 / 2002 - Artigo: 1. Vigência: 19/08/2022 a 18/08/2023. Valor Total: R$ 786.758,52. Data de Assinatura: 19/08/2022.

Em consequência, a S Dir, o Ch Div Adm, a Ch Div Tec, o Ch SPMil, o Ch SALC e os demais interessados tomem conhecimento e providências.

(Nota nº 61831, de 1º de setembro de 2022, do(a) SALC)

c. ARRAÇOAMENTO

PARA O DIA 3 SET 22 (SÁBADO)

1) Fiscalização Administrativa providencie o saque dos seguintes Quantitativos e Complementos referentes às Etapas Completas.

a) Quantitativos			b) Complementos	
CLASSES DE EFETIVO	**TIPO**	**QTDE**	**TIPO**	**QTDE**
Oficiais	QR	4	Compl. Fin	25
S Ten / Sgt	QR	4	Compl. Esc	...
Cb / Sd	QR	17	Compl. Hosp	48
Civil 60%	QR	...		

2) O Serviço de Aprovisionamento confeccione as refeições correspondentes as seguintes etapas reduzidas:

CAFÉ:	83	**ALMOÇO:**	76	**JANTAR:**	974	**CEIA:**	48

3) Fiscal de Sobras e Resíduos: Adjunto ao Oficial de Dia.

PARA O DIA 4 SET 22 (DOMINGO)

Geral de Cursos e Estágios Gerais no Exército Brasileiro para o ano de 2023.[...]

(Transcrito do BE nº 35/2022, de 2 de setembro de 2022)

Em consequência, a S Dir, o Ch SPMil, o Ch Div Adm, o S3 e os demais interessados tomem conhecimento e providências.

(Nota nº 61867, de 2 de setembro de 2022, do(a) SPMil)

2. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

a. ALTERAÇÕES DE OFICIAIS

FISCAL DE CONTRATO - Designação

Designado(a), a contar de **19 AGO 22**, para a função de **FISCAL DE CONTRATO (TITULAR)**, da empresa OURO PRETO SERVICOS DE CONSERVACAO LTDA, referente aos serviços continuados de limpeza técnica hospitalar, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

1º Ten ODT **RAYSSA** MEDEIROS DA NOBREGA

(Por não ter sido publicado em data oportuna)

Em consequência, a S Dir, o Ch Fisc Adm, o Ch SPMil, a Ch Div Tec e os demais interessados tomem conhecimento e providências.

(Nota nº 61869, de 2 de setembro de 2022, do(a) Fisc Adm)

Designado(a), a contar de **19 AGO 22**, para a função de **FISCAL DE CONTRATO (SUBSTITUTO)**, da empresa OURO PRETO SERVICOS DE CONSERVACAO LTDA, referente aos serviços continuados de limpeza técnica hospitalar, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

1º Ten ODT PRISCILA **ROCHA** SANTOS

(Por não ter sido publicado em data oportuna)

Em consequência, a S Dir, o Ch Fisc Adm, o Ch SPMil, a Ch Div Tec e os demais interessados tomem conhecimento e providências.

(Nota nº 61870, de 2 de setembro de 2022, do(a) Fisc Adm)

b. DIVERSOS

INSPEÇÃO MENSAL NO SETOR DE APROVISIONAMENTO

Foi realizada em **31 AGO 22**, pelo Ordenador de Despesas do Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira, acompanhado pelos militares abaixo, de acordo com as Portaria – D Abst/COLOG/C Ex Nº 280 DE 8 DE DEZEMBRO DE 2021 - Aprova as Instruções Reguladoras sobre procedimentos para o Setor de Aprovisionamento no âmbito do Exército – IRPSAEx (EB40-IR-30.406), a inspeção no depósito do aprovisionamento para a verificação da situação do material sob a guarda do mesmo, com a

Folhas nº 785

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA
(Hospital Uaupés/1992 – Unidade Mista SUSAM/1944)

São Gabriel da Cachoeira, AM, 18 de agosto de 2022

Requisição 174-DivApoioTec/Subdireção/Direção
EB: 64598.005232/2022-88

Ao Sr Fisc Adm

Assunto: Serviço de Limpeza Hospitalar

Ref: Art 13, das IG 12-02

Nos termos contidos no Art 13 da Port Min nº 305, de 24 Maio 1995 – Instruções Gerais para Realização de Licitações e Contratos no âmbito do Exército (IG 12-02), e orientações do TCU - Licitações e Contratos, Orientações Básicas, 3º Ed, pág 52, solicito-vos providências no sentido de aprovar a aquisição de serviço de limpeza hospitalar, conforme item e quantidade relacionados nesta requisição, para atender às necessidades deste Hospital:

PROCESSO: 64598001283/2022-31
MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 04/2022
UASG: 167545
EMPRESA: OURO PRETO SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO LTDA.
CNPJ: 07.025.586/0001-98
TIPO DO EMPENHO: GLOBAL
NATUREZA DA DESPESA: 33.90.37- 02
OBJETIVO: Atender o item 6.3.2 do Plano de Gestão 2020-2023 do HGuSGC
LOCAL: Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira

Item	Descrição do Material	Unid	Qtde	Preço Unit (R$)	Preço Total (R$)
1	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	unidade	1,7/mês	65.563,21	111.645,93
TOTAL DO FORNECEDOR				**111.645,93**	

Rayssa Medeiros da Nóbrega
RAYSSA MEDEIROS DA NÓBREGA- 1º Ten
FISCAL DE CONTRATO

Folhas nº 786

Despacho do Fiscal Administrativo do HGuSGC:

1. Solicito autorização para aquisição do serviço, conforme descrição acima.
2. O Encarregado do Setor de Licitações e do Fiscal de Contrato da Ouro Preto Serviços de Conservação Ltda, acompanhe a presente aquisição.
3. Encaminhe-se.

São Gabriel da Cachoeira, AM, 18 de agosto de 2022

ENZO DOLORICO BALBI – Cap
Fiscal Administrativo / HGuSGC

Despacho do Ordenador de Despesas do HGuSGC:

1. Autorizo a aquisição do serviço objeto desta requisição.
2. O responsável pela Seção de Aquisições, Licitações e Contratos adote as providências cabíveis de acordo com as normas em vigor.
3. Para fins do Art. 38 da Lei nº 8.666, de 1993 e suas alterações, empregar recursos da seguinte estrutura orçamentária.

NC Nº	DATA	FONTE	PTRES	ESF	GESTÃO	PI	UGR	VALOR
2022NC000354	20Jul22	0188000000	171497	2	00001	D8SAFCTLICH	167505	111.645,93

São Gabriel da Cachoeira, AM, 18 de agosto de 2022

ORLANDO GONÇALVES DA FONSECA JÚNIOR – Ten Cel
Ordenador de Despesas

SIAFI2022-CONTABIL-DEMONSTRA-CONRAZAO (CONSULTA RAZAO POR C. CONTABIL)

18/08/22 10:15 USUARIO : IVAIR

Folhas nº 787

DATA EMISSAO : 18Ago22 NUMERO : 2022RO000170

UG/GESTAO EMITENTE: 167545 / 00001 - HOSPITAL DE GUARN. DE S. GABRIEL DA CACHO

FAVORECIDO : 63690770/0001-23 JAKS SERVICOS COMERCIO E REPRESENTACAO

DOCUMENTO WEB : 2022NE000103 DOCUMENTO REFERENCIA :

INF. COMPLEMENTAR :

SISTEMA ORIGEM : SIAFI

TAXA DE CAMBIO :

CEL. ORCAMENTARIA : 2 171497 0188000000 339037 167505 D8SAFCTLICH

OBSERVACAO

SALDO REMANESCENTE DE CONTRATO CONTINUADO, N° 04/2017. PREGÃO ELETRONICO 06/20 17. O SALDO SERÁ EMPENHADO EM FAVOR DA NOVA EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE NOVO CO NTRATO.

LANCADO POR : 00492996202 - CHRISLEY MACEDO UG : 167545 18Ago22 10:12

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=ESPELHO PF12=RETORNA

2022NC000354, de 20 JUL 22

Data e hora da consulta: 18/08/2022 14:28
Usuário: ***.216.777-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
167545	HOSPITAL DE GUARN. DE S. GABRIEL DA CACHOEIRA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
09.561.263/0002-25	RUA QUINTINO DE SA CAVALCANTE S/N - SAO SEBASTIAO	69750-000

Município	UF	Telefone
SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	(97) 34711420 - 34711424 - 34712874 -34712790

Ano	Tipo	Número
2022	NE	115

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
2	171497	0188000000	339037	167505	D8SAFCTLICH

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
18/08/2022	Estimativo	64598001283/2022-31	0,0000	111.645,93

Favorecido

Código	Nome
07.025.586/0001-98	OURO PRETO SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO LTDA.

Endereço	CEP
ARQUITETO JOSE HENRIQUE 1191 SANTA ETELVINA	69059-800

Município	UF	Telefone
MANAUS	AM	092984022215

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
126	PREGAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
LEI 10.520 / 2002	1	-	-	-

Descrição

ATD DSP DE SERV DE LIMPEZA TÉCNICA HOSPITALAR NO HGUSGC, REQ 174-DIV AP TEC/SUBDIREÇÃO/DIREÇÃO DO HGUSGC 18AGO22. 2022NC000354-DGP DE 20JUL22. O FORNECEDOR SE VINCULA A SUA PROPOSTA E AO EDITAL E SEUS ANEXOS, SENDO QUE AS HIPÓTESES DE RESCISAO SAO AQUELAS PREVISTAS NOS ART 77 E 78 DA LEI N. 8.666, DE 1993. NESTES CASOS, O FORNECEDOR RECONHECE OS DIREITOS DA ADMINISTRACAO PREVISTOS NOS ARTIGOS 79 E 80 DA MESMA LEI. PE NR 04/2022 CONTRATO 05/2022 DO HGUSGC (UGG).

Local da Entrega

HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA - RUA QUINTINO DE SÁ CAVALCANTE, 250, BAIRRO DABARÚ, CEP:69750-000

Informação Complementar

16054505000042022 - UASG Minuta: 160545

Sistema de Origem

COMPRASNET-ME

Versão	Data/Hora	Operação
002	18/08/2022 14:05:32	Alteração

Folhas nº 1789
TESOURO NACIONAL

Data e hora da consulta: 18/08/2022 14:28
Usuário: ***.216.777-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339037 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	111.645,93

Subelemento 02 - LIMPEZA E CONSERVACAO

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Item compra: 00001 - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza técnica hospitalar, higienização, conservação, assepsia e desinfecção de areas médico-hospitalares com fornecimento de materiais e quipamentos necessários à execução destes serviços a serem realizados de forma continuada, com execução mediante o regime de empreitada por preço global, nas instalações da sede do Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira-AM.	111.645,93

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
18/08/2022	Inclusão	0,14191	786.737,5802	111.645,93

Assinaturas

Ordenador de Despesa
ORLANDO GONÇALVES FONSECA JÚNIOR
***.870.732-**
18/08/2022 14:05:32

Responsável pela Nota de Empenho
IVAIR AURELIO PAULINO
***.216.777-**
18/08/2022 11:55:35

Versão	Data/Hora	Operação
002	18/08/2022 14:05:32	Alteração